



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 94

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 13 de fevereiro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituídos no decorrer da Sessão pela Deputada Graça Silva e pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados entrou-se na Agenda da Reunião da qual constava as seguintes iniciativas legislativas:

- **Pedido de autorização para o Sr. Deputado Lizuarte Manuel Machado prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de ação de processo ordinário n.º 146/13.5TBSRQ;**

Submetido à votação, o relatório da CAPAT foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 48/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015”;**

Justificada a urgência pela Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*), o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 48/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015”**;

Apresentada a iniciativa pela Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*), o debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Proferiu um protesto a Sra. Zuraida Soares (*BE*), seguindo-se um contraprotesto por parte do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetida à votação a Proposta de DLR foi aprovada por maioria.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 111/X – “Reduzir os impostos dos açorianos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Após a justificação da urgência pelo Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 111/X – “Reduzir os impostos dos açorianos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

No debate da iniciativa usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a António Marinho (*PSD*), a quem coube a apresentação da iniciativa, Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), Deputada Zuraida Soares (*BE*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os/a Srs./a Deputados/a António Marinho (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 112/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na qualidade de único acionista, desenvolva as diligências de sua competência no sentido da SATA Internacional/Azores Airlines transferir a sua base operacional para a Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP;

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usaram da palavra sobre o mesmo os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Miguel Costa (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 113/X – “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), a quem coube a justificação da urgência, e Artur Lima (*CDS-PP*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por maioria.

- **Projeto de Resolução n.º 113/X – “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

No debate da iniciativa usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Francisco Coelho (*PS*), Judite Parreira (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*),

Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O Projeto de Resolução foi aprovado por maioria.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA)”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do

PSD e do CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM;

Após a justificação da urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Aquando da votação o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado José Ávila (*PS*).

A Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de fevereiro de 2015 foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 38 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 14 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos começar com a Agenda, nomeadamente o ponto 14: **Pedido de autorização para o Sr. Deputado Lizuarte Manuel Machado prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de ação de processo ordinário n.º 146/13.5TBSRQ.**

O relatório foi distribuído por todos, julgo não haver inscrições pelo que vamos passar de imediato à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para as urgências.

A primeira é apresentada pelo Governo Regional: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 48/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º**

1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015”.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A urgência justifica-se pela natureza das duas alterações que se preconizam ao Orçamento, uma delas tem a ver com a aplicação imediata de uma das medidas aprovadas para o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira e que depende desta alteração orçamental e a outra porque se pretende proceder à renovação do regime de redução do valor da caução.

Julgamos por isso que a natureza destas alterações justifica o pedido de urgência.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência dou novamente a palavra à Sra. Secretária para apresentar a Proposta de DLR.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Como é do conhecimento de todos o Governo aprovou o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, que contém um conjunto de medidas cuja execução é da responsabilidade do Governo Regional.

Uma dessas medidas que se prende com a redução em 50% do valor do investimento considerado necessário para que projetos em unidades produtivas possam beneficiar do regime de benefícios fiscais, em regime contratual, a redução desse valor tem que ser feita no âmbito do Orçamento da Região, porque era onde estava previsto esse montante.

Portanto uma das alterações que aqui apresentamos visa reduzir em 50%, para um milhão de euros esse valor para projetos que se realizem na Ilha Terceira.

Por outro lado, o legislador tem entendido nos últimos anos reduzir o valor da caução nos contratos públicos de empreitadas de obras públicas, localização ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços.

A redução da caução vigorou (a última redução aprovada nesta Assembleia) até 31 de dezembro de 2014 e do que se trata aqui é de renovar essa redução para que os empresários possam, e aqueles que contratam com a administração pública nestas vertentes que eu referi, continuar a beneficiar dessa redução da caução.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A resposta ao estado de emergência a que chegou a Terceira, e que teve como último castigo a redução do contingente americano na Base das Lajes, tem 4 níveis distintos de atuação e responsabilidades.

- As responsabilidades dos Estados Unidos;
- As responsabilidades do Governo da República;
- As responsabilidades do Governo Regional;
- As responsabilidades das Câmaras Municipais da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falta aí os Deputados eleitos pela Ilha Terceira!

Deputado José Ávila (PS): E já agora os outros também!

O Orador: As medidas que aqui debatemos nesta proposta de Decreto Legislativo Regional, situam-se no nível de responsabilidade do Governo Regional dos Açores, face àquilo que se tem vindo a abater sobre a Ilha Terceira.

A “Adaptação do Sistema Fiscal” aqui proposta é uma medida bem-vinda e positiva, que irá merecer o voto positivo do PSD-Açores.

No entanto, e dada a situação em que se encontra a Terceira, que é de profunda crise como nas restantes ilhas dos Açores, mas muito agravada pela redução do contingente americano nas Lajes, achamos que estas são as medidas fáceis, que se tomam no papel, e que, sozinhas, não vão resolver quase nada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Para citar o Secretário da Educação, é o mesmo que tentar tratar uma ferida grande usando apenas pensos...

Com as medidas que o Governo Regional tem vindo a apresentar, fica confirmada a evidência de que as ilhas dos Açores foram sendo niveladas cada vez mais por baixo e que estão todas cada vez mais perto de reunirem os critérios para serem “ilhas da coesão”.

Não foram as ilhas mais pequenas, mais frágeis e menos populosas que se aproximaram dos níveis de desenvolvimento das ilhas maiores, mas sim as

maiores e mais populosas que têm vindo a regredir e a estagnar, como comprovam todos os indicadores sociais e económicos.

As medidas anunciadas pelo Governo, e destinadas à situação excecional que afeta a Terceira, são em tudo idênticas às aplicadas no grupo das “ilhas da coesão” e que, nessas ilhas, fracassaram nos seus objetivos, não tendo, essas ilhas e as respetivas economias, a capacidade de reagir.

O Governo também não soube encontrar outras soluções.

É fácil baixar o nível de investimento mínimo para um projeto ter um incentivo fiscal e é fácil conceder um incentivo fiscal.

Deputado André Bradford (PS): Fácil é isso que o senhor está dizendo!

O Orador: Mas é difícil captar um investidor e trazer empresas para a Região. Quantas empresas e investimentos é que a APIA, primeiro, e depois a SDEA, conseguiram captar para os Açores? E para os Açores através da Terceira? Quantas e quais?

É fácil reduzir o valor de uma caução.

Mas é difícil concretizar a criação de um Parque Tecnológico prometido há mais de dez anos.

É fácil fazer planos, agendas, sistemas, cartas, inventar siglas pomposas e fazer conferências de imprensa.

Mas é difícil concluir e inaugurar um Parque de Exposições que sirva as empresas e os negócios da Terceira e que foi prometido desde 2004.

É fácil prometer e desprometer um Cais de Cruzeiros para a Terceira.

Mas é difícil, ou melhor foi impossível, substituir esse investimento por outro da mesma grandeza, injetando 65 milhões de euros, altamente comparticipados por fundos comunitários, na economia dos Açores, através da Terceira.

É fácil anunciar planos de transportes.

Mas é difícil valorizar as potencialidades do Porto da Praia da Vitória, de modo a melhorar os transportes marítimos de e para os Açores, baixando os custos e servindo melhor as pessoas e os negócios.

É fácil bonificar juros e conceder linhas de crédito.

Mas é difícil injetar dinheiro onde a economia mais precisa, que é através do pagamento das dívidas que o Governo tem para com as empresas locais, evitando que fiquem insolventes e despeçam os funcionários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na passada terça-feira chegou a ser cómica a expressão de olhos esbugalhados do Secretário da Saúde, aqui neste Plenário, estarrecido perante o gasto discurso de Sérgio Ávila a propagandear a saúde financeira da Região enquanto ele tem os Hospitais todos falidos, a Saudação na situação que se conhece, os cortes nos cuidados aos doentes e os fornecedores na penúria.

Este Governo anuncia tudo mas não paga o que deve!

Paguem as dívidas! Paguem as dívidas e a economia agradece!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É fácil agitar a bandeira da importância do sector pecuário, sobretudo o leiteiro, nos Açores.

Mas é difícil concluir e inaugurar o Laboratório Regional de Veterinária.

É fácil dizer que é essencial apostar na formação e qualificação das pessoas, sobretudo em tempo de crise.

Mas é difícil concluir as obras da nova Biblioteca de Angra ou apostar no Campus de Angra da Universidade dos Açores.

É fácil fazer em dois anos, ou em dois dias, um plano de revitalização, sobretudo quando a fatia de leão se destina a ser paga por terceiros.

Mas é difícil recuperar o tempo perdido, cumprindo as promessas falhadas durante 20 anos, caso esses terceiros falhem nas suas obrigações.

É fácil culpar os outros por tudo o que corre mal na Região.

Mas é difícil explicar então para que serve ter um Governo Regional, com competências e um orçamento próprio, se no final estamos sempre de mão-estendida e dependentes do exterior.

É fácil gastar milhões de euros em fundos comunitários.

Mas é difícil construir uma economia que gere riqueza quando a prioridade é gerir clientelas.

O que é que faltou ao PS e a estes 20 anos de Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Faltou estabilidade governativa?

Todos os governos cumpriram os seus mandatos.

Faltou apoio popular?

O PS teve maiorias absolutas umas atrás das outras.

Faltou a articulação entre os vários níveis de poder?

Governo e Câmaras Municipais da Terceira são da mesma cor! É tudo do PS!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E com o senhor nunca aconteceu por que é que isso acontece? É porque o PSD é bom!

O Orador: E nos últimos 15 anos, a maioria dos Governos da República também foram do PS!

Não faltou nada ao PS. Nem sequer faltou uma oposição responsável e proponente.

E é em nome dessa responsabilidade que o PSD vai votar favoravelmente este diploma mas não deixaremos de ser críticos e se ser exigentes.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Uma intervenção breve, Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Naturalmente que a intervenção que acabou de fazer vem na linha daquilo a que assistimos, por parte do PSD, nos últimos dias.

Mas eu vou só dizer-lhe isto: é fácil cortar nos salários, ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... é fácil cortar pensões ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Acha?

A Oradora: ... é fácil cortar no subsídio de desemprego, é fácil montar cantinas sociais para dar de comer a quem se tirou o rendimento.

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Foi o que Sócrates começou a fazer!

A Oradora: Difícil Sr. Deputado, muito difícil será os senhores fazerem com que os açorianos acreditem na vossa tese, de que os senhores não são o PSD de Passos Coelho.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): A senhora é do PS de Sócrates, disso é que se devia envergonhar!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não deve ser muito diferente de ser do PSD de Coelho!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

O PCP vai votar favoravelmente esta iniciativa que visa a operacionalização, ou parte da operacionalização do chamado Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

No entanto, gostaríamos de perceber melhor, por exemplo, até porque entendemos que os investimentos de valor inferior a um milhão de euros, podem eventualmente ter mais sustentabilidade do que propriamente um investimento de um milhão de euros e portanto por que é que este valor foi fixado num milhão de euros e não foi fixado, por exemplo, em meio milhão ou quatrocentos mil euros como acontece para outras ilhas?

Isto porque temos ideia de que não é pelo valor do investimento que ele possa vir a ser mais ou menos reprodutivo, mais ou menos sustentável.

Gostaríamos de perceber porquê a fixação em um milhão de euros, se isto é algum valor simbólico, é o facto de não reduzir um dígito, ou se há outro ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Oh Sr. Deputado eu só quero este esclarecimento. Eu já disse que vou votar a favor, só gostava de perceber porque tenho estas dúvidas. Apenas isto.

Portanto, se tiver alguma justificação, alguém com certeza da bancada do Governo Regional ou da bancada do PS, explicará porquê.

As questões que estou a colocar, acho que fazem algum sentido: porquê um milhão? Por que não seiscentos mil? Por que não meio milhão? Por que não quatrocentos mil?

Considerando a Representação Parlamentar do PCP que não é pelo valor do investimento que se garante que esse investimento seja reprodutivo e tenha sustentabilidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para as empresas!

O Orador: Por outro lado, a questão das cauções e a redução do valor das cauções, enfim, nós concordamos também com ele, embora nos mereça algumas reservas porque a caução tem o valor que nós todos percebemos, e constitui efetivamente um grande centro de custos para as empresas, mas a verdade é que a Região tem e deve precaver-se relativamente a alguns investimentos, designadamente a algumas obras, por isso mesmo é que existe um determinado valor para a caução.

Portanto, perceber se de facto não haveria um outro caminho, se não este, de estar aqui a fazer a redução da caução, podendo eventualmente colocar em causa os interesses da Região e neste particular os interesses da Ilha Terceira que nós queremos e estamos certamente unidos à volta do problema da Terceira, com as críticas que cada um de nós lhe pode, legitimamente fazer mas a verdade é que gostaria de perceber por que é que foi esta a opção.

Por outro lado e já que estou no uso da palavra, dizer que relativamente à proposta do BE iremos aprová-la. Acho que faz todo o sentido.

Para já agradeço a vossa atenção.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Para uma primeira intervenção sobre esta matéria e socorrendo-me outra vez da frase célebre do Sr. Presidente do Governo, “casa roubada, trancas à porta”, que aqui insistentemente usou sobre essa matéria.

Eu gostaria de perceber, aliás um bocado na linha do que já aqui foi dito, por que é que se desce de dois milhões para um milhão? Que dados tem o Governo? Que estudos fez o Governo? O que é que espera com este investimento porque na nossa opinião isto vale rigorosamente zero?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não estava à espera que o senhor dissesse outra coisa!

O Orador: Por aquilo que temos observado na Ilha Terceira, que estamos observando na Ilha Terceira, ainda a semana passada, foi uma empresa a quem foi feito perdão fiscal, perdão disto, perdão daquilo, perdão de multas, perdoou-se tudo e mais alguma coisa, deu-se subsídios e mais subsídios para manter postos de trabalho, como se deu estes tempos todos e o que aconteceu foi que foram mais umas dezenas largas de trabalhadores para o desemprego.

Portanto, onde se fundamentou o Governo, que estudo tem o Governo para descer de dois milhões para um milhão e não para quinhentos, cem, duzentos, trezentos ou setecentos mil.

É mais um estudo da SDEA? É mais um estudo dessa empresa a que chamam SDEA, que apenas existe para esbanjar dinheiro dos açorianos à semelhança da sua antecessora chamada APIA, como nós aqui dissemos e denunciámos várias vezes e o tempo veio a dar-nos razão? É mais uma empresa do *jobs for the boys*?

Quais são as empresas que o Governo tem garantidas (uma, duas, três, quatro, cinco) que após a publicação desta alteração possam investir na Ilha Terceira?

Essa é que é a questão, porque isto no nosso entender é mais uma medida do faz de contas.

Ou há qui uma explicação cabal de dizer: “Fizemos um estudo. Temos dados. Temos provas de que isto vai de facto alavancar a economia porque há empresas prontas a investir na Terceira, com este valor de dois milhões para um

milhão”, ou então não vale a pena estarmos aqui, mais uma vez com números ilusionistas porque o Governo em vez de se chamar governo socialista, vai passar a chamar-se governo ilusionista. É isto que os açorianos começam a ver: em vez do socialismo, começamos a ter o ilusionismo.

Portanto, eu espero que a Sra. Secretária ou a bancada parlamentar ou os celsius Deputados do PS, particularmente da Ilha Terceira, possam explicar esta alteração.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A mesa de momento não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

De estranhar seria, Sr. Deputado Artur Lima, que o senhor visse alguma utilidade nesta medida atendendo ao registo que tem adotado, mas o Governo entendeu e entende que deve lançar mão de todos os instrumentos que tem para reforçar os estímulos à economia da Ilha Terceira, em particular, uma vez que é também uma ilha que enfrenta um desafio muito exigente neste momento e portanto da parte do Governo devemos lançar mão de todos os instrumentos de que dispomos.

Efetivamente, estes montantes dos benefícios fiscais na sua formulação original e que hoje se apresenta uma proposta de alteração, relativamente à Ilha Terceira, previa-se para investimentos nas Ilhas Terceira e S. Miguel, projetos em unidades produtivas de valor superior a dois milhões de euros.

Nas Ilhas do Corvo, Flores, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Santa Maria, projetos cujo valor mínimo era de quatrocentos mil euros.

Isto tem, naturalmente a ver com a dimensão socioeconómica das ilhas onde estes projetos se vão instalar.

Parece-nos por isso que uma redução de 50% deste valor para a Ilha Terceira é um estímulo bastante interessante.

Relativamente à caução e às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, eu lembraria que esta redução da caução tem demonstrado ser uma boa medida, desde logo pelo acolhimento positivo que teve por parte dos empresários regionais porque é de facto um instrumento muito importante para que eles possam concorrer a estes diversos contratos com a administração pública.

Lembraria, porque as suas dúvidas são pertinentes, o Sr. Deputado que as garantias não se esgotam na caução. Há um conjunto de cláusulas contratuais que devem sempre fazer parte destes contratos e que garantem, do ponto de vista da administração, as questões que o preocupam, por exemplo: cláusulas de incumprimento, as denominadas cláusulas penais.

O que eu diria é que é possível com este instrumento facilitar a vida aos nossos empresários, sem colocar em crise aquela que deve ser a defesa dos direitos da Região, naturalmente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Para registar que não tive resposta por parte da Sra. Secretária, o que não é de estranhar. Portanto quando a Sra. Secretária não estranha a minha posição eu também não estranho porque não tive resposta.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu já respondi!

O Orador: Não houve fundamento por parte do Governo porque são unidades produtivas e em que setores é que o Governo fez essa pesquisa? Em que é que o Governo se fundamenta para baixar isto para um milhão de euros.

Portanto, o desafio Sra. Secretária, se chega a esse ponto a culpa não é do CDS. A culpa é de uma Troika, é da Troika socialista: a Câmara da Praia, a Câmara de Angra e o Governo Regional.

É a Troika socialista que levou a Ilha Terceira ao ponto de uma ilha da coesão. Foi levada pelos senhores, há vinte anos no poder. Essa é que é a verdade. Em termos camarários há mais de vinte anos.

Portanto é preciso que se explique aqui, onde se fundamenta o Governo para fazer esta medida, se não, não passa de uma medida de pura cosmética. Pura e absoluta cosmética ilusionista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso dizer e afirmar aqui com toda a convicção que a situação económica difícil que se vive na Ilha Terceira não é apenas da responsabilidade do Governo norte-americano e da diminuição do contingente militar norte-americano e do número de trabalhadores portugueses associados à Base das Lajes.

Há também uma responsabilidade que é uma irresponsabilidade efetiva por parte do Governo Socialista que tem a ver com a redução do investimento, tem a ver com a falta de uma política planificada para o desenvolvimento da Ilha Terceira e é isto que tem vindo a explicar a decadência progressiva da economia local.

A Terceira hoje não se encontra com capacidade do ponto de vista económico para responder a este enorme desafio que significará a redução do contingente militar na Base das Lajes, o contingente norte-americano, exatamente porque que encontra num estado de fragilidade que não lhe permite reagir a uma

redução tão substancial. Encontra-se nesse estado de fragilidade porque o PS ao longo de todos estes anos tem descurado do ponto de vista económico o investimento e a concretização de uma estratégia económica vencedora e que possa atrair investimento na Ilha Terceira.

Portanto, neste momento há uma responsabilidade objetiva pela situação que se está a viver e eu tenho uma explicação para estes esforços de última hora, por parte do Governo Regional, porque eles sabem que o povo da Terceira não merecia, depois de lhe ter dado apoio eleitoral ao longo de todos estes anos, de ter sido o avalista das sucessivas maiorias do PS os terceirenses hoje perguntam-se: porquê nós? Por que é que fomos deixados numa situação deste tipo? Por que é que estamos tão indefesos? Por que é que estamos tão fragilizados? Por que é que nos encontramos numa situação tão difícil?

Deputado André Bradford (PS): O que será que V. Exa. disse?

O Orador: É por isso que agora existem estes esforços de cosmética.

Não é nada que estivesse planificado durante dois anos, como o Governo está agora a dizer, porque os efeitos, a situação que se vive na Ilha Terceira não tem a ver com o futuro, não tem a ver com a retirada efetiva dos norte-americanos. Tem a ver com o presente e com a situação económica que é uma situação muito, muito difícil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso eu considero, como aqui já foi levantado por diversas bancadas (pelo PCP e também pelo CDS e pelo PSD) é que não há uma explicação, por parte do Governo do ponto de vista da explicação estruturada, lógica, racional em relação aos números e aos benefícios fiscais que aqui são apresentados.

Não há uma explicação minimamente estruturada para responder porquê esta redução? Porquê esta redução e não outra? Que informações os senhores têm? Que estudos os senhores têm?

Além disso já os deveriam ter porque de acordo com a propaganda oficial isto há dois anos que está a ser elaborado.

Os senhores não! Apresentam-nos aqui uma iniciativa que não está minimamente fundamentada.

Os senhores não tiveram a preocupação e eu estive atento à informação inicial e pensei que durante a apresentação isto fosse racionalizado. Não senhor! Apresentam-nos este documento sem qualquer tipo de argumentação, sem qualquer tipo de dados, sem perspetivar que impacto real é que estas medidas podem ter, ou seja, é uma situação e um projeto que não tem nenhuma fundamentação.

Portanto, o que nos pedem: “Sejam solidários com o Governo e aprovelem algo que nós aqui nesta Assembleia não fundamentámos!”.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Da parte do BE a preocupação não é ser solidário com o Governo, neste caso concreto é ser solidário com os Açores e particularmente com a Ilha Terceira e com os praienses. É disso que nós fazemos questão.

Diz o povo que “em tempo de guerra não se limpam armas”.

Os estudos, tanto quanto eu sei, uma vez que não foram feitos por ninguém, nem pelo Governo da República, nem pelos Governos Regionais, relativamente a esta matéria, os estudos que aqui foram questionados, devem estar a ser feitos pelo Governo da República no grupo e trabalho que propôs à Região, como única forma de resposta à situação de emergência que todos sabemos que a ilha e as suas populações estão a viver. Aí é que os estudos devem estar a ser feitos.

A esta casa compete ter respostas para uma situação de emergência e não é numa situação de emergência ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

A Oradora: Quer que lhe explique?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero!

A Oradora: Com um desenho, Sr. Deputado, quais são?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero!

A Oradora: O senhor é que veio de lá. Deve saber melhor a situação económica e social daquela ilha do que eu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sei, sei!

A Oradora: Mas olhe que eu conheço bastante.

Sras. e Srs. Deputados, peço desculpa, estou à vontade para dizê-lo, o BE e em particular eu, não é possível confundi-lo com qualquer tipo de apoio sub-reptício ao Governo Regional dos Açores em particular ao PS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que não!

A Oradora: Estou à vontade perante os açorianos e açorianas.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, vir agora exigir estudos e fundamentações quando a intenção é responder a uma emergência a que ninguém respondeu e ainda por cima tentando branquear as responsabilidades da administração norte-americana e do Governo da República, imputando tudo, mas tudo, não é a parte que lhe compete, é tudo, para os sucessivos Governos Regionais e de Câmaras da Praia e de Angra do Heroísmo, é mais do que qualquer pessoa sensata pode aguentar. Isso é politiquice do mais baixo que possa existir sobretudo porque nós estamos a falar de pessoas que sofrem, que têm à sua frente futuro nenhum, que têm postos de trabalho de famílias inteiras que irão faltar. Estamos a falar de empresas que irão falir, como já estão a falir. Estamos a falar de uma situação de catástrofe e as Sras. e Srs. Deputados vêm para aqui perguntar onde é que estão os estudos? Agora? Mas há quanto tempo é que os estudos já deveriam ter

sido feitos também pelo Governo da República e pelos sucessivos Governos Regionais?

Agora não há estudos, Sras. e Srs. Deputados, agora há ação e é, penso a penso, é verdade. Neste caso concreto é penso a penso, a ver se a ferida é possível de ser sarada, porque a operação fundamental, o Serviço Regional de Saúde, não deixou fazer.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Nunca vi, acabo de ver um discurso anti autonomista, a negação da autonomia por parte da Sra. Deputada Zuraida Soares.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, perante um problema local e de ilha, vem aqui buscar o “papão”. O “papão” da República, o “papão” dos americanos.

Ninguém aqui, Sra. Deputada, desresponsabilizou os americanos e o Governo da República.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não fizeram outra coisa!

O Orador: A senhora é que está a tirar a responsabilidade ao Governo Regional. Isso a senhora não devia fazer. A senhora está a apoiar a inatividade do Governo Regional. A senhora está a tirar a responsabilidade do Governo Regional. A senhora está a tirar a responsabilidade da Câmara de Angra e da Câmara da Praia, Sra. Deputada.

A senhora está, no fundo a negar a autonomia. Está a negar a autonomia, Sra. Deputada!

Deputada Zuraida Soares (BE): E o senhor está a desresponsabilizar a administração norte-americana!

O Orador: Não se percebeu ainda bem porquê. Porque acordou tarde. Os problemas da Ilha Terceira, a senhora ainda cá não estava e já eram denunciados, aqui nesta Casa e exigiu-se que fossem resolvidos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não estava onde?

O Orador: Nesta Casa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Isto agora é a idade média? Só se defende os Açores dentro desta Casa?

O Orador: Está incomodada?

Deputada Zuraida Soares (BE): Só se defende os Açores dentro desta Casa?

Presidente: Sra. e Sr. Deputado, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Não. É lá fora.

Há uns anos atrás ouvia-a estar na oposição a defender, juntamente com os socialistas. Foi onde a senhora esteve nos primeiros anos da autonomia!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Um protesto.

Presidente: Um protesto em relação a...

Deputada Zuraida Soares (BE): Em relação à afirmação final do Sr. Deputado Artur Lima, que eu quero que ele explique perante esta câmara.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Artur Lima antes de se sentar disse que eu, particularmente, tinha estado, nos primeiros anos da autonomia, ou seja há 40 anos atrás, no Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é um elogio!

A Oradora: Peço que o Sr. Deputado justifique esta afirmação, ou se retrate se não o conseguir.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para um contraprotesto, dispõe de dois minutos Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional:

Não vou fazer um contraprotesto, nem sequer fazer um caso disto.

Deputada Zuraída Soares (BE): Diga a verdade! Basta dizer a verdade!

O Orador: A Sra. Deputada Zuraída Soares não tolera a diferença. A Sra. Deputada Zuraída Soares não tolera a crítica.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ninguém acredita no que está a dizer!

O Orador: A Sra. Deputada Zuraída Soares, que eu saiba, eu referi-me ao início dos Governos Socialistas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não! No início da autonomia estava no Partido Socialista!

O Orador: Oh Sra. Deputada, então eu vou reformular.

No início dos Governos Socialistas, que eu saiba, a ideia que eu tenho é que a Sra. Deputada era muito próxima do Partido Socialista...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! A ideia que o senhor tem! Tem que mudar de ideias, Sr. Deputado!

O Orador: ... e que terá chegado a colaborar...

É a ideia que eu tenho, genuína ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem que mudar de ideias, Sr. Deputado!

O Orador: ... e a Sra. Deputada terá colaborado até em instituições geridas pelo Governo Socialista.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem que mudar de ideias, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem que mudar de ideias, Sr. Deputado!

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Artur Lima, possa concluir o contraprotesto.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

O Orador: Não, Sra. Deputada Zuraida Soares, quem mudou de ideias foi a senhora!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não mudei não, Sr. Deputado.

Presidente: Vamos continuar o nosso debate.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem agora a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Prescindo.

Presidente: Tendo prescindido, tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu devido à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, não posso deixar de fazer alguma referência a esta intervenção, na minha perspetiva, a uma intervenção que condena à fogueira da inquisição todos aqueles que se arrogam do direito de pensar de forma diferente.

O que a Sra. Deputada considera é: há um momento de crise, não olhem para a medidas! Tapem! Votem! Votem sem olhar, porque agora neste momento o que é importante é “apresente o Partido Socialista, o que apresentar, seja racional ou não seja racional, esteja provada ou não esteja provada a sua utilidade, meus senhores, é o momento de votar, caminhar em frente, vamos com eles!”.

A senhora acha que isto é um serviço que está a fazer à população da Ilha Terceira? Isto é que é prestar solidariedade?

Uma oposição deve analisar medida a medida. Fazer as perguntas como aqui foram feitas. Não é passar um “cheque em branco”. Passar um “cheque em branco”, ao Partido Socialista e ao Governo e dizer: “Proponham coisas! Proponham coisas! O importante é que os senhores proponham!”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores Deputados da Terceira não falam? São mudos?

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu vou falar!

O Orador: Não, é necessário e a oposição não pode deixar de pensar neste momento, não pode deixar de analisar medida a medida, problematizar, porquê um milhão? Por que não quatrocentos mil? Qual é o impacto esperado? O que é que os senhores pensam atingir, já que estão a fazer há dois anos isto, há dois anos não lhe estamos a pedir planos, que estejam feitos nos últimos dois meses, a menos que o documento tenha sido feito nos últimos dois meses.

Mas não, é o próprio Governo que diz: “há dois anos que estamos a preparar isto!”.

Bom, há dois anos, algum estudo terão, alguma fundamentação terão.

Portanto, é evidente que a oposição em momentos de crise, dado o fracasso absoluto do PS nesta matéria, o que a oposição deve problematizar é o seguinte: “Nós queremos explicação fundamentada para as medidas que são apresentadas!”.

Isto é que é ser exigente do ponto de vista democrático. Não é deixar de pensar e votar tudo a favor, só porque estamos numa situação de crise.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E então a solidariedade melhor é a solidariedade do caloiro: vamos todos em grupo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Nós gostávamos de fundamentação para o Governo da República não apresentar medidas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Presidente do Governo diz-se satisfeito. Os senhores é que não estão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não acredito! E a Autonomia? Então votam a favor?

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ainda não concluímos a nossa votação.

Vamos passar à votação na especialidade.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentá-la.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta de alteração é, digamos assim, uma proposta precaucionária, ou pelo menos o seu objetivo é precaucionário, na medida em que pretende impedir ou pelo menos dificultar que por uma questão de oportunidade ou de oportunismos, dependerá, algumas empresas possam deslocalizar-se de outras ilhas para a Ilha Terceira, no sentido de garantir benefícios de natureza vária, que não só este diploma, esta alteração aqui apresentada pelo Governo, mas outras que fazem parte exatamente do PREIT, possam garantir-lhe.

Portanto, o BE também não quer que uma empresa se deslocalize, deixando atrás de si um rasto de desemprego e de vazio de uma ilha, seja ela a Graciosa, S. Jorge, Santa Maria, Corvo, Flores, Pico, Faial ou S. Miguel, e que vá para a

Ilha Terceira, criando aí postos de trabalho, mas deixando atrás de si um rasto de vazio e de desemprego.

É neste sentido. As empresas têm toda a legitimidade, a iniciativa privada tem toda a legitimidade de ir para a Ilha Terceira ou para qualquer outra Ilha, mas se para o fazer, no sentido de ir para a Ilha Terceira neste momento e com estes benefícios, deslocaliza uma empresa que tem numa outra ilha, isso é condenar as outras ilhas à pobreza e à tragédia económica que exatamente nós estamos a tentar colmatar na Ilha Terceira.

O objetivo é apenas este e daí esta proposta

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Não havendo vamos então votar esta proposta de aditamento apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta aditamento apresentada foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 1.º da Proposta do Governo com este aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

(Pausa)

Portanto, eu estou a votar o art.º 1.º da Proposta do Governo que para além das alterações propostas pelo Governo, inclui também este aditamento.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Julgo não haver oposição em colocar o art.º 2.º e 3.º da proposta, à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que discorda, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Vamos avançar com a nossa Agenda.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 11 horas e 15 minutos.

Eram 10 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 24 minutos.

(O Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida)

Sras. e Srs. Deputados, entramos agora no ponto 17 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 111/X – “Reduzir os impostos dos açorianos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Esta urgência que o PSD apresenta, obviamente, tem razões óbvias que inclusivamente estão contidas na própria parte resolutiva da urgência, quando se pede que uma iniciativa tendente à baixa dos impostos, deve ser concretizada no mais curto espaço de tempo através de iniciativa legislativa do Governo Regional.

Isso porque, como toda a gente sabe, designadamente quem está atento a estas questões e quando não se querem fazer exercícios de pouca seriedade, que por força da lei travão só o Governo tem competência para apresentar uma proposta de redução de impostos.

Toda a gente sabe e muito mais nós todos aqui sabemos, porque isso é fundamental para que os açorianos que estão em situação desesperada, quer famílias, quer empresas e que aguardam pelo menos há um mês e meio, por uma redução dos seus impostos que se tornou possível.

Porque essa é uma oportunidade que não pode ser perdida e que deve ser de imediato apresentada para que os açorianos percam o menor tempo possível e se vejam numa situação mais favorável.

Se fosse possível, naturalmente, o PSD-Açores já a teria apresentado logo no início do ano e ela já teria aqui sido discutida em janeiro.

Não o pode fazer por força da lei travão, por isso pensamos que faria todo o sentido ela ser discutida neste plenário para ver se não perdemos efetivamente mais tempo e se no mês de março, já poderia ter sido no mês de janeiro, estamos aqui definitivamente a conseguir com que sejam reduzidos os impostos dos açorianos, porque eles bem precisam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Marinho para apresentação do Projeto de Resolução.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

São efetivamente conhecidas as grandes dificuldades que vivem os açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): E o Sr. Deputado Duarte Freitas onde está?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado Duarte Freitas, autor da proposta, onde é que está?

O Orador: São efetivamente conhecidas as grandes dificuldades que se registam em termos económicos e sociais e que é mais do que sabido que as famílias e as empresas açorianas vivem uma situação extremamente ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é que um desrespeito!

O Orador: Quer criar outra situação como aquelas que se têm vindo a verificar? É esse o seu intuito? Está perfeitamente à vontade porque é esse o seu direito.

Deputado Berto Messias (PS): Estou a fazer um aparte. Estou a dizer que a ausência do Sr. Deputado Duarte Freitas é que é desrespeitador do Parlamento!

O Orador: Diga Sr. Deputado José San-Bento. Não lhe chegou ontem? Não lhe chegou ontem? Continua? Pelo amor de Deus!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: São conhecidas as grandes dificuldades (e penso que justamente por esse motivo devia haver uma certa atenção para um certo comportamento aqui em Plenário) por que passam as famílias ...

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Oh Sr. Deputado José San-Bento, quer ser o objeto da descompostura de ontem?

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Pelo amor de Deus! Aprenda de uma vez por todas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não se pode mandar apartes?!

O Orador: Aprenda de uma vez por todas!

Deputado José San-Bento (PS): Não vai ser consigo!

O Orador: Aprende. Aprende. Pode ter a certeza.

Deputado Berto Messias (PS): Estou a fazer um aparte, atendendo à ausência do Sr. Deputado Duarte Freitas do Parlamento!

Deputado Rogério Veiros (PS): Oh, senhor! Já não se pode fazer apartes?!

O Orador: São conhecidas as grandes dificuldades e merecem respeito as grandes dificuldades que ...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Sra. Presidente ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... por favor chame a atenção do Grupo Parlamentar do PS que está a tentar criar situações idênticas às de ontem e que só penalizam este parlamento. Não desrespeitem o Parlamento! Sejam sérios!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Oremos, Senhor!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, penso que estão reunidas as condições.

Vamos todos fazer um esforço para que seja possível continuar os trabalhos dentro da normalidade que este Parlamento exige.

O Orador: Sim senhora. Muito obrigado Sra. Presidente.

São conhecidas as grandes dificuldades das famílias e das empresas açorianas que devem ser por nós, obviamente, respeitadas e devem ser por nós tidas com grande atenção porque a nós cabe-nos resolver os problemas das pessoas. É essa pelo menos a forma como nós nos apresentamos aqui.

As famílias e as empresas vivem uma situação complexa e sabemos, conhecemos, que temos o desemprego mais elevado do País, esta é a Região que tem a maior taxa de risco de pobreza da população e a escassez de

rendimentos com que vivem muitas famílias tem vindo a gerar problemas sociais de enorme gravidade.

Do ponto de vista das empresas sabemos que a crise que temos passado ao longo dos anos, tem levado a que muitas se tenham visto obrigadas a encerrar as suas portas, algumas sobreviveram e entre as que sobreviveram, naturalmente que tem havido um esforço, muitas vezes inglório, mas um esforço continuado, no sentido de assegurarem os níveis de atividade que já conseguiram atingir no passado e que lhes permitiam designadamente manter um volume de emprego que era mais razoável do que aquilo a que se assiste hoje em dia.

Por outro lado, sabemos que a breve trecho, vai haver modificações substancialmente importantes, designadamente, para um setor que tem uma importância fundamental na Região, que é o setor da pecuária e conseqüentemente também no setor dos laticínios e que vai trazer problemas acrescidos a este nível e em algumas ilhas vai ser mesmo dramático aquilo que se perspectiva que possa vir a acontecer.

Portanto, há necessidade de respostas urgentes para travar este processo que penaliza muitos e muitos açorianos, que penaliza muitas e muitas empresas.

Por isso há que aproveitar as oportunidades.

Sabemos que a reposição do diferencial fiscal gerou uma oportunidade fundamental. Gerou a oportunidade de reduzir os impostos dos açorianos. Repôs-se aquilo que tinha sido retirado aquando da assinatura pelo Governo de José Sócrates, do chamado Memorando assinado com a Troika, portanto o programa de ajustamento, o programa de auxílio, o programa de assistência económica e financeira.

Esta oportunidade não pode, nem deve ser perdida.

Ela, no fundo, já permite, e agora já há tempo de mais, estamos a meio de fevereiro e isso é possível desde o início de janeiro, já há tempo de mais porque as pessoas vivem em situação aflitiva, já vivemos há tempo de mais com a não

ação do Governo nesse sentido e isto acrescido de um facto, é que só o Governo é que tem a possibilidade de apresentar uma iniciativa nesse sentido.

Obviamente, que se ela já pudesse ter sido apresentada por parte de qualquer partido da oposição, já o teria feito, obviamente que a lei travão ...

Deputado Francisco César (PS): E de onde é que tira?

O Orador: Se o senhor não conhece eu não tenho culpa!

... impede que assim se faça.

Nenhum partido da oposição, nem tão pouco o partido do Governo pode apresentar uma iniciativa nesse sentido, isso é óbvio. Quem o pode fazer é exclusivamente o Governo.

Por isso depois desta descida da redução do diferencial fiscal em que os impostos subiram se torna absolutamente fundamental repor os rendimentos das pessoas e das empresas, através da redução dos impostos.

Esta possibilidade existe desde o início do ano, era possível (se a iniciativa tivesse sido apresentada) discuti-la já aqui no mês de janeiro, já estar em vigor. Neste momento estamos no Plenário de fevereiro, se não for apresentada o mais urgentemente possível, imaginamos que nem sequer em março possa ser discutida.

Isso vai levar a que os açorianos tenham que esperar mais e não se pode fazer esperar os açorianos.

Por isso é apresentado este Projeto de Resolução para que a redução do IRS, do IRC e do IVA, portanto as que são passíveis de lhes ser aplicado o diferencial fiscal, a redução para os níveis que vigoravam até à redução do diferencial fiscal, decorrente da assinatura do programa de assistência económica e financeira, uma injustiça que foi corrigida pelo Orçamento de Estado para 2015,

...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Seria possível se houvesse a reposição das transferências!

O Orador: ... que entrou em vigor em 1 de janeiro passado, deve ser concretizada no mais curto espaço de tempo através de iniciativa legislativa do Governo Regional, o único que tem competência para tal.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, ao contrário daquilo que afirmou o Sr. Deputado António Marinho, considera que os partidos aqui representados têm a possibilidade de apresentar propostas de alteração ao Orçamento que possam repor o diferencial fiscal, tal como ele existia ou com algumas adaptações, antes da Revisão da Lei das Finanças Regionais.

Portanto, aquilo que V. Exa. acabou de dizer julgo que é apenas uma desculpa espúria para a vossa incapacidade, a incapacidade dos vinte Deputados do PSD trazerem aqui essa proposta.

Aliás, o Orçamento esteve aberto há pouquinho e Vs. Exas. podiam ter aproveitado para fazer essa proposta porque efetivamente nós podemos fazê-lo.

Aliás, é bom que nos lembremos que o PCP fê-lo exatamente na discussão do orçamento para 2015 e também é bom lembrar que trazendo o recurso da não admissibilidade aqui a este Plenário, o PSD chumbou o recurso do PCP, isto é o

PSD demonstrou claramente que não queria resolver o assunto no tempo certo e o tempo certo era exatamente o tempo da discussão e aprovação do Orçamento da Região para 2015.

O PSD ficou ao lado do PS no chumbo da admissibilidade do ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é diferente!

O Orador: Mas é diferente o quê, Sr. Deputado?

Deputado Joaquim Machado (PSD): A da admissibilidade!

O Orador: Espere só mais um bocadinho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi apanhado!

O Orador: A verdade é esta mas há outras verdades que importa aqui colocar.

A Revisão da Lei das Finanças Regionais foi imposta pela Troika estrangeira e aceite pela Troika nacional.

Vs. Exas. acharam sempre tudo muito bem. A necessidade de redução dos impostos só teve um efeito, a penalização dos açorianos, das famílias e das empresas açorianas. Foi isso que Vs. Exas. fizeram. Mas há mais.

Em sede da discussão do Orçamento para 2015, houve várias propostas de diferentes partidos para repor o diferencial fiscal, e mais, para repor o valor das transferências do Orçamento de Estado para a Região e o PSD recusou repor as transferências do Orçamento de Estado para a Região nos valores anteriores à Revisão da Lei das Finanças Regionais. É bom que isto fique claro para as açorianas e para os açorianos.

Mas há mais Srs. Deputados, mas há mais.

O PSD recusou em sede de discussão do Orçamento de Estado de 2014 e em sede de discussão do Orçamento de Estado de 2015, uma proposta do PCP de ativar o fundo de emergência em 35 milhões de euros, aliás dando cumprimento a um Projeto de Resolução, proposto pelo PCP na Assembleia da República e aprovado unanimemente pela Assembleia da República para ativar o fundo de emergência para fazer face às calamidades de 2013.

O PSD recusou isso.

É bom que as açorianas e os açorianos tenham disto consciência.

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem é esse PSD?

O Orador: É bom!

Mas não ficamos por aqui Srs. Deputados.

O Deputado Duarte Freitas ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem é?

O Orador: ... afirmou que ia resolver o problema já.

Deputado Rogério Veiros (PS): Já, quando?

O Orador: Mas quando nós aprovarmos, ou não, esta proposta, o problema não fica resolvido.

O problema não fica resolvido porquê?

Porque Vs. Exas. estão a recomendar ao Governo que faça uma coisa que qualquer um de nós o pode fazer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por que é que o senhor não faz?

O Orador: O PCP já fez!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Faça agora!

O Orador: O PCP já fez! E o PCP já fez na altura certa, fez em novembro, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É só conversa!

O Orador: ... já deu o seu contributo mantendo exatamente a mesma proposta em sede de audiência do Presidente do Governo Regional aos partidos sobre este assunto. É conhecida a posição do PCP. A posição do PCP é a redução do diferencial fiscal, a reposição nos 30%, remetendo o encargo que daí resulta para o art.º 8.º, que é o art.º do endividamento, o que não significa que seja necessário o recurso ao endividamento, tudo depende da execução orçamental, tudo depende se a previsão da receita foi feita em baixa ou não e se de facto o arrecadar da receita durante 2015, como eu espero que venha a acontecer, seja superior àquela que foi em 2014, para bem de todos nós.

Portanto, Sr. Deputado António Marinho a questão é esta. O problema não vai ficar resolvido e aquilo que Vs. Exas. estão aqui a fazer é apenas um baixo golpe de política para tentar atirar nevoeiro, uma neblina densa para cima do povo açoriano, porque Vs. Exas. não querem resolver nada. Da vossa bancada não vem nada para resolver os problemas que afligem os açorianos. Nada! Rigorosamente nada!

Isto é mais um exercício de baixa política por parte do PSD que tem responsabilidades profundas e que já podia ter resolvido o problema, aliás, podia ter resolvido o problema logo na República se tivesse aceite as propostas de diferentes partidos para que as transferências do Orçamento de Estado para a Região voltassem ao valor antes da Revisão da Lei das Finanças Regionais.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado António Marinho aquilo que estão a fazer é um exercício de baixa política, claramente. Claramente! E o Deputado Duarte Freitas aquilo que disse aos açorianos e açorianas há alguns dias atrás sobre a iniciativa que aqui traz, é mentira! É uma mentira política!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados José Ávila e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Duarte Freitas, como autor da proposta, devia estar cá, mas não está!

Deputado António Ventura (PS): O Governo também não está!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

Efetivamente quando na semana passada, após as Jornadas Parlamentares do PSD, ouvi o líder do PSD anunciar que ia apresentar uma proposta concreta que

resolvia de imediato o abaixamento de impostos nos Açores, fiquei muito satisfeito. Fiquei muito satisfeito porque efetivamente era o que todos queríamos e o que todos almejávamos. Disse: Olha, finalmente!

Isto depois de com toda a lealdade, pela parte do CDS, termos apresentado uma proposta ...

(Diálogo entre os Deputados Berto Messias e Luís Garcia)

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, se a minha intervenção incomodar os seus apartes eu calo-me, sento-me, o senhor acaba os apartes e depois eu volto à minha intervenção.

Deputado Berto Messias (PS): Peço desculpa. Estava a responder ao Sr. Deputado Luís Garcia!

O Orador: É a segunda vez neste Plenário que lhe chamo a atenção sobre essa matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Peço desculpa, Sr. Deputado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não há segunda sem terceira!

Deputado Rogério Veiros (PS): Estão muito sensíveis aos apartes!

O Orador: Eu queria dizer que após esta aprovação no Orçamento de Estado de se poder, novamente, repor o diferencial fiscal para os 30%, o Presidente do Governo abriu, e bem, quanto a nós, uma onda de negociações com os partidos para ouvir as propostas. Fomos. Apresentamos a nossa proposta. Julgo que entretanto terá acontecido este problema das Lajes e que terá também talvez dificultado um bocadinho a Agenda do Presidente do Governo. Continuamos à espera, não sei se vai aceitar ou não, mas com toda a lealdade apresentamos aquela que é a nossa visão sobre o assunto.

Depois há aqui outra coisa que temos que ter consciência.

É que esta resolução não sendo aprovada hoje, só daqui a um mês é que estará em vigor e depois fazer as *démarches* necessárias, nunca antes de dois meses teremos em vigor esta que será a proposta urgente, proposta pelo líder do PSD. Eu devo concordar, e concordo, com o PSD que é urgente descer os impostos nos Açores, aliás o CDS foi pioneiro na descida de impostos nos Açores. Esse património é do CDS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Risos do Deputado José San-Bento)

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento não vejo por que se ri. Quer explicar por que se está a rir?

A primeira proposta de descida de impostos nos Açores e com o voto contra do seu partido, por acaso, já agora avivo-lhe a memória, não sei se o senhor já cá andava (já anda cá há muitos anos, não sei se já andava por cá, não sei se andava noutras andanças se já cá estava), ...

Deputado José San-Bento (PS): Não estava cá!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estava na jotinha!

O Orador: ... mas efetivamente foi o CDS que fez essa proposta e o PS votou contra, também é bom que se diga, da descida do IRS, do IRC, do IVA, enfim ...

Deputado Berto Messias (PS): Oh senhor, votou contra porque votou a favor da sua!

O Orador: Mas diria eu, voltando à questão que esta publicação nunca antes de dois meses terá eficácia, agora todos nós concordamos que é urgente baixar impostos nos Açores. Todos nós concordamos que o Governo deve com celeridade tratar desse assunto, mas o que não podemos admitir é algum populismo por parte do PSD.

Vou citar o que está aqui escrito e não foi desmentido, aliás, no site oficial, parece-me que do PSD, que diz assim: “O PSD- Açores vai apresentar no Parlamento Regional uma proposta para que se possa concretizar a descida imediata, para que se possa concretizar a descida imediata, dos impostos nos Açores, através da reposição do diferencial fiscal”.

Sr. Deputado Marinho, no seu dicionário o que é que quer dizer imediata?

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): E para que se possa concretizar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Posso dizer-lhe que o PS aguardava ansiosamente a proposta do PSD.

Aguardava porque nós gostaríamos de saber qual o motivo do PSD, qual as fortes razões que poderia ter, para rasgar o forte consenso que se estava a estabelecer para a descida de impostos nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Aguardávamos com ansiedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Descida de impostos, quando?

O Orador: A fórmula que o seu líder partidário iria arranjar para conseguir descer desde já, imediatamente, os impostos nesta câmara.

Mas não foi isso que nós verificámos.

O seu líder partidário, Duarte Freitas, que está em campanha eleitoral dentro do PSD e que talvez por isso se tenha descaído ou tenha tido essa frase infeliz, quando percebeu a precariedade e a falta de qualidade que a proposta que os senhores apresentaram aqui tinha, para poder baixar os impostos imediatamente, nem sequer se dignou vir concretizar e apresentar a proposta neste Plenário.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

O Orador: Os senhores encararam isto como se fosse uma brincadeira, uma espécie de “eu sei que o Governo vai baixar impostos e que está a ouvir a oposição, os parceiros sociais, mas deixem-me que antes que isso aconteça, pelo sim, pelo não, sem concretizar muito, apresentar uma proposta rapidamente para tentar ficar com os louros”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não está preocupado em baixar os impostos. Está preocupado é com quem apresenta a proposta!

O Orador: Ora, isto não é a melhor forma de fazer política e isto não é uma forma honesta de fazer política, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... isto é de um partido que prefere em vez do consenso, em vez do trabalho, em vez da concretização das suas propostas, ter o protagonismo político.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

O Orador: Nós queremos consenso! Nós ouvimos os partidos! Nós ainda aguardamos que alguns parceiros sociais, que alguns partidos, que podem já ter apresentado entretanto, deem algumas propostas, deem um contributo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O escândalo que os senhores fazem para baixar os impostos!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores não querem baixar os impostos

O Orador: Os senhores nem aqui vieram dar o contributo! Os senhores limitaram-se a apresentar uma proposta que não serve para absolutamente nada. Os senhores limitam-se a recomendar. Os senhores não dizem como, os senhores não dizem através de quê.

Nós estamos disponíveis para voltar a ouvir os senhores, para voltar-nos a sentar, para trabalhar para concretizarmos a descida de impostos.

Aliás, o Presidente do Governo, o Presidente do PS, por várias vezes disse. “Nós iremos baixar impostos! Iremos apresentar esta solução no mês de fevereiro!”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas para os aumentar os senhores não perguntaram como é que se fazia!

O Orador: Os senhores à revelia, à socapa, para campanha eleitoral, para ficar bem perante os açorianos, a única coisa que fizeram foi vir a esta câmara com propaganda. A vossa proposta não é mais do que propaganda! Não é mais do que uma recomendação!

Os senhores nem se deram ao trabalho de tentar ter uma proposta que pudesse dizer como é que os impostos poderiam ser descidos. Não!

Deputado José San-Bento (PS): Uma folha de couve!

O Orador: Os senhores apresentaram um documento que basicamente diz ao Governo: “Olhe, nós não sabemos como é que se baixa impostos, mas baixe lá aquele e o outro imposto!”.

Esta não é uma forma honesta de fazer política.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Ainda para mais, quando o principal responsável, o homem que diz para todo o lado que quer descer os impostos desde já, quando chega a altura de debater com os seus colegas de partido, com a oposição, com o PS, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E com o Governo!

O Orador: ... a única coisa que faz é, “põe-se a andar e põe-se a milhas” e prefere ir fazer campanha partidária para o seu partido, a estar presente neste Plenário.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

O Orador: Nós não compactuaremos com isso. Estaremos como estamos sempre disponíveis para ouvir os partidos da oposição que foram responsáveis, que quiseram conversar connosco e que estão a apresentar propostas responsabilmente, para que nós possamos em consenso, num consenso que é necessário em democracia, ouvindo todos, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando vos dá jeito?

O Orador: ... estabelecer aquilo que deve ser o nosso desígnio: ajudar os açorianos a ultrapassar dificuldades!

Foi sempre isso que o PS fez: quando aumentou os apoios sociais, quando teve política de ajuda às famílias, às empresas. Nós continuaremos este caminho, mas não o faremos sozinhos.

Nós sabemos que a oposição responsável está ao nosso lado para nos ajudar.

Infelizmente aquele que quer estar deste lado, do lado do poder, não teve essa responsabilidade, não teve esse sentido de Estado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Começaria por dizer que o BE vai votar favoravelmente o Projeto de Resolução do PSD.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Mas o BE tem memória e esta história da diminuição da redução do diferencial fiscal tem um longo percurso que eu penso que vale a pena trazer à memória de todos e de todas nós, pelo menos pontuando alguns dos seus principais episódios.

Tanto quanto me lembro, esta história do diferencial fiscal começa exatamente com o BE a dizer, dentro e fora desta Casa, que o Memorando assinado entre o Governo de José Sócrates e a Troika, tinha várias implicações para esta Região, entre elas exatamente a diminuição do diferencial fiscal.

Lembro-me também que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, cada vez que o BE dentro desta casa referiu esta circunstância e fez esta afirmação, o Sr. Vice-Presidente sempre disse: “Não é nada disso. O BE e a senhora não perceberam nada, isso é apenas uma questão formal, semântica, não há nenhuma redução do diferencial! Não há a diminuição de transferências, até porque (dizia o Sr. Vice-Presidente) a Região tem as suas contas em dia, nós não podemos ser castigados, tudo vai correr bem, aquilo que o BE está a dizer é puro alarmismo!”.

Eis se não quando, no Governo PSD-CDS, o alarmismo se concretizou e aí temos, portanto, por via do cumprimento pelo Governo PSD-CDS, do Memorando e aliás não só com a diminuição do diferencial, mas até com a diminuição das transferências do Orçamento de Estado para a Região, estalou o problema, e grave problema, para os bolsos, já de si bastante vazios e minguados, dos açorianos e das açorianas.

Mas a história, Sras. e Srs. Deputados, continua, porque entretanto o Sr. Primeiro-Ministro veio visitar os Açores e o Sr. Primeiro-Ministro visitou várias ilhas e também, tanto quanto me lembro, só na terceira ilha onde pôs os pés é que percebeu bem aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas lhe dizia ao ouvido, pela terceira vez e disse assim: “Boa! Nós podemos dizer aos açorianos

e açorianas, Governo Regional, baixem lá os impostos, façam lá aquilo que quiserem, mas da República para vocês não vai nem mais um tostão!”.

Deputado Rogério Veiros (PS): Ora, aí está!

A Oradora: Portanto, nessa altura o Sr. Primeiro-Ministro anunciou: “Sim senhor, os Açores podem baixar os impostos quando entenderem e se assim o entenderem!”.

Entretanto o Sr. Deputado Duarte Freitas e o PSD apresentam esta dádiva do Sr. Primeiro-Ministro como uma conquista “quais cavaleiros num cavalo branco”, do PSD. Conquista para quem? Eu ainda não percebi! Porque a conquista vai sair dos bolsos de todos os açorianos e açorianas. Portanto não há conquista nenhuma.

Mas a história, Sras. e Srs. Deputados, também continua. É que entretanto veio à liça o PS, evidentemente, e o Governo Regional e então há um duelo entre PSD e Governo Regional e PS: “Eu baixo mas não baixo os impostos sem o aumento das transferências para a Região”, reivindicação com a qual o BE concorda inteiramente e do outro lado o PSD a dizer: “Não. Não. Quem conseguiu esta dádiva do Sr. Primeiro-Ministro fomos nós, nós PSD”.

Faço aqui um parêntesis para dizer, entretanto os açorianos e açorianas continuam à míngua, continuam no desemprego, continuam na pobreza, continuam com as dificuldades, algumas delas, invisíveis que se vivem em milhares de lares nesta Região e continuam com os impostos exatamente como tinham antes e depois da visita do Sr. Primeiro-Ministro.

Entretanto o Sr. Presidente do Governo Regional convida os partidos para audiências no sentido de lhes perguntar o que é que pensavam sobre a possibilidade desta diminuição do diferencial fiscal, que propostas tinham para que ela se pudesse concretizar e até onde é que propunham que se fosse. Muito bem. Os partidos foram ouvidos, fizeram as suas propostas, o BE também as fez, quer oralmente, quer por escrito.

Deputado Francisco César (PS): Ainda não terminou, Sra. Deputada!

A Oradora: Na realidade, do nosso ponto de vista, há um atraso objetivo e claro na resposta, na resposta prática...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Francisco César)

A Oradora: Oh, Sr. Deputado deixe-me acabar.

... e concreta do Governo Regional sobre esta matéria (agora também faço aqui outro parêntesis) compreensível dada a turbulência que entretanto se meteu no caminho com mais uma dificuldade que se chama, Ilha Terceira, Reunião e Comissão Bilateral e todas as outras circunstâncias de urgência à volta desta questão, e o processo de resposta às audiências e às propostas está atrasado. É verdade!

E agora, no meio disto tudo o que é acontece? Temos um PSD que continua, na realidade, objetivamente subscrevendo várias coisas que foram ditas por outras bancadas antes do BE falar, continua o mesmo jogo, o mesmo duelozinho, o mesmo pouquinho de política com o PS e com Governo Regional, a ver quem chega primeiro.

Deputado Francisco César (PS): Não é quem chega primeiro!

A Oradora: A ver quem é que pode levar a taça. A ver quem é que pode dizer aos açorianos e açorianas: “Nós é que fomos os cavaleiros da esperança!”.

Sras. e Srs. Deputados, aquilo que interessa ao BE é que o mais rapidamente possível a vida das pessoas nesta Região seja aliviada. Venha a proposta do PSD, venha a proposta do PS, do Governo Regional ou de qualquer outro partido, como sempre temos feito nesta bancada, aprovando todas as propostas que são a resposta às necessidades, às carências, aos direitos, às tragédias que se vivem nesta Região, todos os dias, em milhares de lares, o

BE, mais uma vez, não faltará a essa chamada e por isso vai votar favoravelmente o Projeto de Resolução do PSD.

É guerrilha político partidária? É.

É um jogo de politicazinha, poucozinha? É.

Mas os açorianos não têm culpa nenhuma disso.

Os açorianos e açorianas precisam é de começar a iniciar um caminho de decência, de dignidade, de sobrevivência, nas suas vidas e o BE nunca faltou a essa chamada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu gostaria de começar por referir e tomando por referência a intervenção da Sra. Deputada Zuraída Soares, que o Governo não está a participar em nenhum duelo e não nos movemos por taças. Movemo-nos pelos Açores, pelas açorianas, pelos açorianos e é importante que este aspeto fique clarificado.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: Há aqui duas questões que eu julgo que importa também esclarecer.

A primeira, relativamente ao papel do Governo dos Açores, é bem sabido e já foi aliás aqui hoje referido, e bem, pela Sra. Deputada Zuraída Soares e pelos Srs. Deputados, que aberta esta possibilidade o Governo dos Açores iniciou uma ronda com partidos políticos e parceiros sociais, porque sempre dissemos e entendemos que este é um processo que tem que se fazer com elevado sentido de responsabilidade.

É absolutamente essencial determinar a forma como pretendemos proceder a esta redução, mantendo simultaneamente o equilíbrio orçamental entre a despesa e a receita da Região, sobretudo no quadro em que o PSD chumbou a reposição das transferências para a Região.

Estas rondas decorreram em janeiro, como também foi dada nota pública, algumas entidades pediram mais elementos e pediram prazo até ao fim do mês para poderem apresentar uma proposta mais detalhada; o Governo disse que entendia que estaria em condições de apresentar a sua proposta ao longo do mês de fevereiro, que está a meio e portanto da parte do Governo estamos a cumprir o calendário com que nos comprometemos.

No entanto, creio que não é isto que está aqui hoje em discussão, porque da parte do Governo não há qualquer incumprimento.

O que está aqui hoje em discussão é uma coisa diferente: é que houve um partido, o PSD, que deliberadamente divulgou perante todas as açorianas e todos os açorianos uma mensagem que dizia que esta semana teria uma proposta para reduzir os impostos, já.

Deu títulos de jornais e toda a gente ficou na expectativa de que efetivamente o PSD iria reduzir os impostos já.

Portanto, o que está aqui em discussão não é o calendário normal e que está a seguir o seu decurso.

O que está aqui em discussão é que o PSD deliberadamente iludiu as açorianas e os açorianos, dizendo que ia fazer uma coisa que sabia que não ia fazer.

Deputado José San-Bento (PS): Mentiu!

A Oradora: Enganou as pessoas e é isso que tem que ser aqui hoje discutido.

Muito obrigada.

Deputado José Ávila (PS): Isso é grave!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho de novo a este debate para acrescentar mais algumas questões.

Como eu disse na minha primeira intervenção este problema deveria ter sido resolvido logo em novembro e devia estar a produzir efeitos desde o dia 1 de janeiro de 2015.

Mas assim não quis o PS e o Governo do PS, porque se é verdade que o PSD se juntou ao PS para recusar a proposta do PCP, de redução de impostos, coisa que o PCP desde a primeira hora sempre afirmou, a partir do momento em que foi conhecido o texto do Orçamento de Estado, que repôs o diferencial, o PCP assim o começou a exigir, mas a verdade é que o PS e o Governo Regional não o quiseram fazer e não o fizeram designadamente com o apoio do PSD.

O Governo Regional o que é que faz? Refugiou-se numa ronda aos partidos e ainda estamos com o problema por resolver, isto é, os açorianos, as famílias, as empresas, estão ainda a pagar impostos sem a prometida redução fiscal em função da alteração à Lei das Finanças Regionais.

Refugiou-se e estamos em fevereiro e mesmo fazendo fé naquilo que já aqui foi dito hoje, de que o Governo Regional trará a esta Assembleia, ainda durante este mês uma proposta, a verdade é que ela só vai produzir efeitos, na melhor das hipóteses, lá para abril ou maio e entretanto ela podia, se o PS, o Governo Regional e todos os partido que chumbaram a proposta do PCP, tivessem querido resolver o problema efetivamente em novembro, estando já ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... todas as açorianas e açorianos a beneficiar da tão propalada redução de impostos que tem sido feita pelos partidos do arco, do poder, do centrão.

Portanto, há aqui qualquer coisa que está mal. Está mal o PSD e está igualmente mal o PS e o Governo Regional, que não quiseram na devida altura fazer aquilo que era a proposta do PCP, que era fazer a redução ou a reposição do diferencial fiscal, de modo a que a redução de impostos pudesse produzir efeito a partir de 1 de janeiro de 2015.

Foi isto que aconteceu. É isto que acontece quer por parte do PSD, quer por parte do PS, a vontade de reduzir os impostos na altura certa não foi concretizada.

Muito obrigada Sra. Presidente, designadamente pela tolerância que me deu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me elaborar aqui, logo no início, um pequeno friso cronológico em relação a esta matéria.

De quem é a responsabilidade? Qual o partido que estava no Governo quando foi aprovada, foi permitida e foi responsabilizado o Governo Português e a autoridade dos portugueses perante a Troika? Qual foi o Governo que assinou, que capitulou, que permitiu a redução do diferencial fiscal nos Açores?

Quem era o Primeiro-Ministro? Quem é que estava no Governo? Qual o partido que tinha a responsabilidade?

A resposta é evidente. O Primeiro-Ministro era José Sócrates e a responsabilidade do Governo da República, na altura, era do PS.

Ponto número um.

Deputado André Bradford (PS): Quem é que tirou a fotografia com o telemóvel? A *selfie*!

O Orador: Isto é depois de Cristo. Este friso cronológico é depois de Cristo.

Ponto número um.

Segundo ato: quem estava no Governo Regional, quem tinha a responsabilidade no Governo Regional em relação a esta matéria do diferencial fiscal? Quem era? Quem foi? Era o Presidente Carlos César, que confrontado com o diferencial fiscal o que disse foi: “Não. É irrelevante! Mas vai opor-se? Não. Não tem consequências!”.

Para ele não, para a população dos Açores tinha, que aumentava os impostos, e para as empresas dos Açores.

Mas é evidente que este é o segundo ponto. É um Governo e um partido que permitiu e que esteve de acordo com o diferencial fiscal e que não se opôs.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Meus senhores, na altura o PPM, como outros partidos aqui presentes opuseram-se à diminuição do diferencial fiscal.

E agora chegamos ao terceiro ponto deste friso cronológico, que é: entretanto as circunstâncias alteraram-se e a imposição do diferencial fiscal foi abolida.

Muito bem, o que é que fez o Governo dos Açores? Num primeiro momento: “Não, não pode ser, já temos as despesas programadas!”.

Não funcionou, perante a pressão da opinião pública açoriana, então lembraram-se doutra estratégia (está nos livros do PS em relação à politiquice é o campeão).

Lembrou-se: “Não. Então vamos aqui criar uma dificuldadezinha a todos os partidos da oposição, aos agentes económicos. Então nós vamos fazer isso (e entretanto isso permitiu-lhes ganhar tempo, como bem dizia aqui o Sr. Deputado do PCP, sabe-se lá até quando) vamos aqui fazer duas coisas: vamos ganhar tempo para não implementar essa medida, e a seguir, o que é que vamos fazer a seguir? Vamos implicar o PPM, o CDS, o BE, o PCP, o PSD, todos os outros, que nos digam então onde é que nós reduzimos as despesas e os investimentos!”.

Mas alguém nos perguntou onde é que se gastava o dinheiro e onde é que se realizava a despesa, 99% da despesa que está prevista na estrutura orçamental?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Alguém nos perguntou a nós? Foi nós que a impusemos neste Parlamento ou no Governo? Fomos nós que a impusemos? Não fomos.

E agora vêm-nos perguntar: “Então agora digam-nos. Precisamos de um auxílio para vos meter também no buraco!”.

E esperavam que nós estivéssemos aqui, porque nós não aprendemos nada, nós somos estúpidos e portanto andávamos atrás deste tipo de estratégia que é: “Não. Não. Nós de facto vamos atrás da vossa estrategiazinha e não percebemos o que é que nos querem fazer!”, e implicar numa despesa que não foi votada favoravelmente por estes partidos que aqui estão.

Portanto, é esta a questão que os senhores levantaram e agora dizem: “Mas o que é que os partidos podem fazer neste Parlamento para inverter esta posição?”.

A única que está ao nosso alcance: neste momento é tomar uma decisão política que obrigue de facto e já, o PS e o Governo Regional, porque o Governo Regional tem que cumprir os Projetos de Resolução que aqui são aprovados, a descer os impostos.

É isto que nós podemos fazer neste momento. É de facto dizer ao PS que o tem que fazer e como? Repondo o diferencial fiscal exatamente como ele estava antes da imposição da Troika. Já estamos a dizer como. Como é que vamos fazer.

Em relação às despesas, meus senhores, que estão previstas no Orçamento, essas são em 99,8% da vossa responsabilidade.

Deputado Rogério Veiros (PS): Ah é?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Começaria, em primeiro lugar, por agradecimentos e agradeço a quase todos, agradeço a quase todos as intervenções que tiveram.

Deputado Berto Messias (PS): Agradeça ao Sr. Deputado Duarte Freitas por o ter deixado sozinho neste processo!

O Orador: Já vai começar. É o desporto preferido deles o que é que se há de fazer. É o desporto preferido. É a brincadeira. Essa é que é a brincadeira.

Vou começar por agradecimentos.

Deputado Berto Messias (PS): Devia agradecer ao Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: Agradeço, obviamente, tudo aquilo que acabou de dizer o Deputado Paulo Estêvão que, aliás lembrou uma coisa importantíssima aí, foi a desvalorização total do então Presidente do Governo Regional, Carlos César disse que era essa história: “Vai reduzir o diferencial fiscal. Isso é coisa pouca. Isso não vai mexer absolutamente nada!”.

Depois há esta atitude da parte do PS, em perfeita contradição com aquilo, mas tudo bem.

Portanto, agradeço de uma forma geral e subscrevo integralmente aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer.

Vamos por partes.

Curiosamente, também agradeço ao Sr. Deputado Aníbal Pires. O senhor disse uma coisa importantíssima que eu anotei aqui: “O Governo refugiou-se numa ronda!”. É verdade! Enquanto o “pau vai e vem folgam as costas”, ou melhor dizendo esta aqui: “enquanto nós não tivermos que implementar aquilo, vamos ficando com o produto dos impostos que deveríamos estar já a atribuir aos açorianos”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Muito obrigado também, Sr. Deputado Aníbal Pires (já lhe vou dizer é outras coisas) mas muito obrigado também.

Agradeço também (ora passei aqui do PPM para PCP; agora vamos neste sentido) à Sra. Deputada Zuraida Soares.

A Sra. Deputada Zuraida Soares (este caderno acabou, passei para este, já não sei bem em qual é que estava) ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está no caderninho à esquerda!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ser injusto!

O Orador: Foi no da esquerda? É o seu.

Vou terminar com o Sr. Deputado Artur Lima...

(Risos do Orador)

O BE diz que o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, pensei que não se ia dirigir a mim!

O Orador: ... só na terceira ilha é que tinha dito alguma coisa e foi porque o Presidente do PSD- Açores lhe disse alguma coisa ao ouvido.

Muito obrigado por ter reconhecido ao Presidente do PSD- Açores o papel importante na reposição do diferencial fiscal.

Deputada Zuraida Soares (BE): Percebi!

O Orador: Não andou a dizer isso aí em alta voz. A senhora acabou de reconhecer que foi grande o papel do Dr. Duarte Freitas nesse domínio. Pois foi! Pois foi! Se for eu a dizê-lo, naturalmente sou suspeito, sendo a senhora a dizê-lo fico contente também. Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, depois tenho aqui mais umas coisinhas que lhe hei de dizer, mas agradeço-lhe por ter feito a leitura ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou sempre a colaborar consigo!

O Orador: ... (tenho que recorrer ao telemóvel, não há mensagens aqui) quando disse: “O PSD-Açores vai apresentar (leu isto que é fundamental) no Parlamento Regional uma proposta para que se possa concretizar, para que se possa concretizar, (não diz que é apresentar uma proposta para reduzir os impostos) a descida imediata dos impostos nos Açores”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Imediata!

O Orador: É isso que acabou de fazer.

Portanto, muito obrigado por ter feito a leitura que eu ia fazer (eu estava aqui à procura disso mas muito obrigado também por aí).

Deputado Francisco César (PS): É Carnaval, ninguém leva a mal!

O Orador: De resto não agradeço a mais ninguém. Terminaram os agradecimentos por aqui.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh!

O Orador: Agora vamos a outras contas.

Vou começar agora pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, que o malvado do PSD e o malvado do PS é que não lhe aprovaram, na altura da discussão orçamental. Não podiam, Sr. Deputado! Não existia norma habilitante para o efeito! Só passou a existir a partir do dia 1 de janeiro. Como é que queria que acontecesse isso?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor esperou que acabasse o meu tempo. Eu tenho uma declaração de voto para fazer e vou explicar-lhe isso!

O Orador: Está bem! Ok!

Se fosse possível, pode ter a certeza absoluta que nós aprovávamos a sua proposta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Não tenha dúvidas disso!

Já não sei aqui exatamente quem é que disse, vamos às transferências.

Eu acho que os senhores nunca se lembraram de ir ver dois documentos fundamentais. Não vou falar deles aqui porque estamos agora com questões mais importantes, queremos é reduzir os impostos dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Leiam, por favor, para acabar de uma vez por todas, as dúvidas, o parecer do Governo Regional, curiosamente o parecer da Comissão de Economia, sobre a Revisão da Lei de Finanças Regionais. Está lá tudo dito, da não ligação existente entre uma coisa e a outra. Leiam! Preparem-se e depois venham cá para fora fazer os discursos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Oh, Sr. Deputado, curiosamente o do Governo Regional é assinado por si. Sabe o que é que assinou? Se calhar puseram-lhe aquilo à frente, toca a assinar e manda sair. Leia aquilo que assinou porque o senhor era Chefe de Gabinete do Sr. Presidente do Governo Regional na altura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ih!

Deputado André Bradford (PS): Com muito orgulho!

O Orador: Leia bem aquilo que assinou.

Portanto transparência estamos ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Demagogia a quanto chega. Os senhores acordam de manhã pensando que é de noite!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Tem toda a razão, Sr. Deputado!

O Orador: Com toda a lealdade apresentámos o nosso contributo.

(Aparte inaudível)

Oh Sr. Deputado, nós também. Está aqui. Este é o contributo que a gente (não sei se foi no dia 8 de janeiro) no dia 8 de janeiro... Está aqui o contributo do PSD apresentado na altura, perfeitamente discriminado. Está aqui! Nós apresentámos o contributo, está aqui. Apresentámos, obviamente, de forma presencial e no final, aliás como constava do ofício enviado pela Presidência do Governo, que pediam que se fosse possível apresentar um documento escrito, o PSD obviamente com a vontade que tem que se reduzam os impostos dos açorianos, se resolvam os seus problemas, apresentou por escrito. Está aqui! Portanto, fizemo-lo também de forma leal.

Vamos aqui a mais coisas.

Oh, Sra. Deputada, do da direita está tudo resolvido, quer dizer que a senhora até agora só teve ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não estava na coluna da esquerda?

O Orador: Estava no da esquerda, mas o da direita é que acabou. O blocozinho da direita é que acabou.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu estou no da esquerda!

O Orador: Eu já nem vou falar obviamente ...

Obviamente que há aqui a perfeita consciência que isto está a correr mal ao PS e por isso a necessidade do folclore que tem criado ao longo deste Plenário.

Mas não vou falar sobre isso, nem vou falar sobre a questão do Sr. Deputado Duarte Freitas não estar cá, dizendo que anda em campanha eleitoral. Bom, em campanha eleitoral andam os senhores! Em campanha eleitoral acabaram de fazer uma manifestação de campanha eleitoral exatamente agora. Por isso deve ser também, obviamente, pelo facto de as coisas não estarem a correr-vos bem, não só aqui, mas também lá fora.

Deputado André Bradford (PS): Mas que ele não está cá, não está!

O Orador: Dizia o Sr. Deputado Francisco César que esperava ansiosamente pela proposta do PSD.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Foi entregue no dia 8 a proposta do PSD.

Deputado Francisco César (PS): Não a vejo aqui!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não a vê? O senhor Presidente é que tem que a dar!

O Orador: Foi entregue ao Sr. Presidente do Governo no dia 8.

Lembro que o CDS na altura disse que faltavam alguns elementos e que posteriormente apresentaria, presumo eu que terá apresentado. O mesmo deverão ter feito todos os restantes partidos. Penso que o Deputado Paulo Estêvão é que não foi lá, por qualquer motivo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas mandei uma carta!

O Orador: ... mas mandou uma cartinha, exatamente.

Portanto, os senhores aguardam pelo nosso contributo. Já entregámos ao Governo.

Disse, aguardam ansiosamente ...

Olhe, eu acho que quem aguarda ansiosamente que se tome uma posição são os açorianos. Esses é que aguardam ansiosamente. Esses é que precisam que seja devolvido o dinheiro dos impostos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não vou falar sobre as questões das brincadeiras. Isso é para consumo em termos de comunicação social.

Tenho sempre a preocupação de fazer as coisas pela seriedade. Acusar os outros de brincadeira, eu acho que é irresponsável, no mínimo, mas pronto, surtiu os

seus efeitos, veio nos jornais hoje na comunicação social, o senhor está contente e apareceu o seu nome no jornal, seguramente deve estar satisfeito.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Obviamente - a Sra. Secretária Regional - fizeram-no com elevado sentido de responsabilidade...

Eu acho que devem melhorar é o sentido de responsabilidade perante os açorianos. Eles estão à espera que os impostos diminuam. Precisam!

Portanto, o Governo tem que falar menos, tem que se mexer e pôr cá para fora uma iniciativa no sentido de reduzir os impostos das pessoas.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Isabel Almeida Rodrigues)*: Sr. Deputado, o Governo está a cumprir o seu calendário. O senhor quer dar a volta mas não consegue!

O Orador: No fundo tem que dizer querem ou não? Falem menos e baixem os impostos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Agora passo para os outros papelinhos, mas estes já estavam antes preparados, sabendo-se o que é que poderia vir daí.

Deputado Francisco César *(PS)*: Isso é um pesadelo para qualquer jornalista! Anda para trás e para a frente!

O Orador: O senhor trabalha é para os jornais? É para os jornais?

Deputado Francisco César *(PS)*: E para os açorianos!

O Orador: Eu vou dizer-lhe uma coisa, tenho muita pena, mas eu e os meus dezanove colegas e companheiros que se sentam aqui, preferimos trabalhar para os açorianos.

Deputado José Ávila (PS): Não é o que a prática diz!

O Orador: O senhor trabalha para os jornais e para aparecer lá uma fotografia, quanto maior possível.

Nós preferimos que os açorianos reconheçam o nosso trabalho.

Vamos à questão do diferencial fiscal, já referi a propósito da reposição do diferencial fiscal, quer do que disse o Deputado Paulo Estevão, quer a Deputada Zuraida Soares.

Nós desde abril de 2011, quando o então Primeiro-Ministro (vamos voltar a falar no nome dele, é um nome recorrente aqui, José Sócrates) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode-se dizer “o 44”!

O Orador: ... assinou o acordo com a Troika, nós precisamente no mesmo momento, no mesmo dia, a então Presidente do PSD-Açores, Dra. Berta Cabral, fez uma declaração em que se manifestou contra a redução do diferencial fiscal. Ocorreu em simultâneo curiosamente com aquele facto que o Sr. Deputado Paulo Estêvão há bocado ali referiu, o então presidente Carlos César dizia que não era nada de mais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um pequeno contributo!

O Orador: Onde é que está a posição perante o diferencial fiscal? Onde é que está?

Depois ainda há outras coisas, mas isso nem vamos falar porque se calhar envolve mais gente aqui. Há um comunicado do PS nesse dia, que é uma coisa perfeitamente calamitosa, dizendo que no IVA isso vai dar um aumentozito, mas isso é coisa pouca, praticamente não tem redução, é perfeitamente marginal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é a história!

O Orador: Quanto ao aumento do IRS, isso vai calhar a muito poucos, praticamente não vai afetar ninguém.

Depois viram que estavam na carruagem errada e entretanto vem outro Governo e esse outro Governo já não tinha nada a ver com José Sócrates e era o Governo do Dr. Pedro Passos Coelho em coligação com o CDS e a partir desse momento “ala, que se tem que dar pancadaria no Governo da República!”. A partir dessa altura o diferencial fiscal passou a ter interesse.

Deputado André Bradford (PS): Mais um friso cronológico!

O Orador: Vieram para o lado certo! Vieram foi tarde de mais!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): E o já? Vai explicar o já?

O Orador: Para acabar esta intervenção tenho que referir uma questão que eu acho que explica tudo isto.

Este “refugiar em rondas”, dizer agora que é no mês de fevereiro, ...

Deputado Francisco César (PS): Fazer agora?

O Orador: ... já poderia ter sido discutido isto em janeiro, aqui, neste Parlamento. Neste momento já se estava com os impostos nos níveis adequados. Isto tem a ver com uma coisa e a senhora bem sabe (não sei se falam isso nas reuniões do Conselho do Governo) é que o dinheirinho dá-vos muito jeito! É que o dinheirinho dá-vos muito jeito!

Portanto quanto mais tempo demorar até que concretizem a descida dos impostos é menos o dinheiro que sai das mãos do Governo e que passa para as mãos dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD considera que esse dinheiro nas mãos dos açorianos, nas mãos das famílias açorianas face a uma situação muito grave, neste momento, em termos sociais ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: ... e nas mãos das empresas que têm vindo muitas a desaparecer e algumas estão numa situação perfeitamente periclitante ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é demagogia!

O Orador: ... é muito melhor gasto do que se estiver nas mãos deste Governo. As provas estão à vista pelos resultados que sucessivamente são obtidos em função da governação do PS, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): E o já?

O Orador: ... onde se atingiu (ontem aqui foi visto em termos sociais) uma situação perfeitamente calamitosa, como aquela que se vive hoje em dia na Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): E não explicou o já!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Alerto apenas que tem cerca de dois minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não quero perder a oportunidade de agradecer, neste caso, duplamente ao Sr. Deputado António Marinho, duas coisas ao longo da sua intervenção:

Primeira, foi o facto de me ter lembrado que quando o Sr. Primeiro-Ministro, na sua última e única visita à Região Autónoma dos Açores, quando chegou no primeiro dia, disse que não havia baixa de impostos para ninguém. No primeiro

dia, Sr. Deputado António Marinho. Lembrou-me isso. E só no terceiro dia e na terceira ilha ...

Deputado José Ávila (PS): No 3.º dia fez-se luz!

A Oradora: ... é que o Sr. Deputado Duarte Freitas não o convenceu, soprou-lhe apenas a palavrinha mágica: “A República não gasta nem um tostão!”. Esta é que foi a palavrinha mágica que o Sr. Deputado Duarte Freitas teve que soprar ao ouvido do Primeiro-Ministro, para ele na terceira ilha dizer: “Ah, então já há baixa de impostos!”.

É que no primeiro dia não havia, Sr. Deputado. Leia as notícias! Veja a comunicação social! Não há baixa de impostos para ninguém, nem a Sra. Ministra das Finanças consentiria tal coisa, já agora.

Deputado André Bradford (PS): Exatamente! Isso é que é o problema!

A Oradora: Agora, no terceiro dia, depois de perceber (a compreensão talvez um pouco lenta): “Ah, isto não custa, ou custa zero à República, então façam lá o que muito bem entenderem!”.

Deputado Rogério Veiros (PS): Quem paga são os açorianos!

A Oradora: Depois agradecer também ao Sr. Deputado António Marinho, porque confirmou o conteúdo da minha primeira intervenção, ou seja, a guerrelhinha política, o duelo político entre o PSD e o PS sobre esta matéria, continua; os impostos é que ainda estão por baixar e os açorianos e açorianas continuam à espera.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): De quem é a culpa? É do PSD, se calhar!

Deputada Zuraida Soares (BE): É dos dois!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu penso que há sempre a tendência natural de se tentar divergir e de tentar fugir um pouco aos diplomas e àquilo que é proposto.

Mas há aqui um conjunto de perguntas que eu acho que devem ser respondidas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que é que ainda não baixaram os impostos nos Açores?

O Orador: A primeira pergunta que todos os açorianos e açorianas podem ter dúvidas é se o Governo Regional quer ou não quer baixar os impostos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por enquanto não!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que é que ainda não baixaram os impostos?

O Orador: A resposta é clara: o Governo Regional quer baixar os impostos.

Segunda pergunta que se coloca: querem os partidos aqui representados nesta Assembleia que o Parlamento e o Governo baixem os impostos? Querem. Querem que os impostos baixem nos Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): E o chá? É de camomila ou é chá verde?

O Orador: Quiseram os partidos estar com o Governo dos Açores a trabalhar e a negociar conjuntamente com os parceiros sociais para que os impostos baixem nos Açores? Querem. Querem. Todos? Não. Há um partido ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que é o PS!

O Orador: ... que rasgou o diálogo, que pensou que era o único partido no enclave que pensou que poderia sozinho rasgar o diálogo, esquecer-se que há outros parceiros sociais que ainda não apresentaram o seu contributo e preferiram de uma forma arrogante, de uma forma propagandística vir a esta Assembleia anunciar para a comunicação social ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é um discurso conveniente de quem não quer baixar os impostos!

O Orador: ... que iriam baixar os impostos já, já, já.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só o Governo é que pode baixar os impostos mas não o quer fazer!

O Orador: Os senhores várias vezes enganaram os açorianos ao dizer que queriam baixar os impostos já e aquilo que se verificou foi que os senhores não fizeram nada disso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Os senhores rasgaram o consenso que estava a ser estabelecido. Os senhores esqueceram-se que há parceiros sociais que ainda não entregaram o seu contributo, quiseram antecipar-se, quiseram fazer uma jogada política, esqueceram-se que há mais gente para além do PSD. Há mais gente para além do PSD!

Há outros parceiros sociais, há outros partidos para além do seu partido.

Vêm acusar os senhores o PS, da minha pessoa, de propaganda! Estar preocupado se nós estamos nos jornais.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é que disse, não fui eu!

O Orador: O senhor vem acusar isto. É o seu partido, é o seu líder partidário que cheio de coragem vem dizer à comunicação social que quer baixar os impostos já, mas quando não tem capacidade para o concretizar aquilo que faz é “deixa-o sozinho no meio da arena”, sem qualquer tipo de justificação.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Isso é que é trabalhar para a comunicação social!

O Orador: Isso é que é trabalhar para a comunicação social. Quando é para os jornais ele é o primeiro a dar uma Conferência de Imprensa, sem contraditório.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é que falou nos jornais

O Orador: Quando é assim o senhor ficou sozinho a tentar fazer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas vão baixar os impostos ou não vão?

O Orador: Eu percebo e reconheço-lhe o mérito que tem de lealdade a todos os líderes partidários que o PSD já teve.

O senhor esteve sempre ao lado deles. É verdade, é um mérito de todos aqueles que me lembro.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor é que não!

O Orador: Não, nunca estive, de facto.

Agora há algo que eu reconheço nessa coragem. O senhor teve a coragem de vir aqui defender uma proposta que não tem qualquer tipo de substância...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então não tem?

O Orador: ... e desrespeitou com isso os parceiros sociais.

Há um compromisso que o PS, e penso que posso falar pelo Governo nessa matéria, deixa a todos os açorianos e açorianas:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que é ...

O Orador: ... nós vamos proceder a essa descida de impostos ouvindo todos os partidos e isso irá concretizar-se no mês de fevereiro, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Quando? Quando?

O Orador: ... ou seja, nós iremos anunciar no mês de fevereiro como é que isso será feito.

Pena tenho que os senhores sozinhos tenham esquecido que há mais gente para além do PSD.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todos os partidos? Ainda não ouviram! O senhor anda a ouvir mal!

Deputado António Ventura (PSD): Não dá jeito porque não querem baixar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não vou fazer aqui uma moldura (não foi moldura) ...

Deputado Francisco César (PS): Um friso!

O Orador: Um friso.

... mas também é bom que saibamos e nos recordemos da história, particularmente o Sr. Deputado Berto Messias, hoje tão exigente para com o Governo da República, sempre a exigir e a perguntar o que é que nós podemos fazer para exigir do Governo da república, enfim, que ajude os Açores, a Base das Lajes, etc..

Oh, Sr. Deputado, a pergunta que eu lhe faço é o que é que o senhor fez no passado?

A verdade é que se nós estamos aqui a discutir a baixa de impostos nos Açores, é porque alguém os aumentou e quem os aumentou foi José Sócrates e quem concordou foi V. Exa., o seu Grupo Parlamentar e o Governo Regional dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem lembrado.

O Orador: Essa é a moldura histórica onde enquadra tudo isso e onde V. Exa. não exigiu nada, concordou com o aumento dos impostos aos açorianos.

Ora bem, o que quer dizer que, independentemente das negociações que eu concordo que estão a decorrer e que acho que devia ter sido feito, podiam ter sido mais céleres, mas o que quer dizer que se hoje em dia a Região tem mais receita fiscal, era mais fácil descer os impostos e podia ter tido um efeito logo no mês de janeiro.

Deputado Berto Messias (PS): Mas é isso que vai acontecer!

O Orador: Teria sido possível fazer porque o Governo quando quer fazer, e aí socorro-me da Deputada Zuraida Zoares ...

Deputado Francisco César (PS): Por acaso o Sr. Deputado António Marinho há pouco explicou por que não pôde ser no mês de janeiro!

O Orador: ... da guerrilha político partidária que o PSD, e com razão, sabe muito bem fazer e invocar urgências, como veio invocar para o PREIT para a Ilha Terceira. Vem invocar uma urgência, urgentíssima. Urgente, urgentíssimo, mas sobretudo para fazer a guerrilha política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Muito bem!

O Orador: Portanto os açorianos começam a ficar fartos da giga joga entre o PS e o PSD, e vice-versa.

Portanto, se esta forma do PSD não é a mais indicada, porque não resolve no imediato o assunto, não deixa de lembrar ao Governo que a partir de 1 de janeiro de 2015 já podíamos ter os impostos mais baixos e também não deixa de lembrar ao Sr. Deputado Berto Messias e camaradas que foram subscritores do aumento de impostos nos Açores, que foi proposto pelo camarada José Sócrates.

Deputado Berto Messias (PS): Assinámos todos!

Deputado Francisco César (PS): E assinado pelos senhores!

O Orador: Não Sr. Deputado, isso é da maior demagogia possível. O senhor tem que ser politicamente honesto. O senhor tem que ser honesto nessa matéria. Quem negociou o tratado ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Quem foi?

O Orador: ... as condições, as cláusulas, todas as cláusulas foi ...

Deputado Francisco César (PS): Foi o Dr. Eduardo Catroga!

O Orador: ... o Sr. Ministro das Finanças, ele próprio disse e o Sr. Primeiro-Ministro, José Sócrates ...

Deputado Berto Messias (PS): Eduardo Catroga

Deputado Luís Maurício (PSD): E Teixeira dos Santos!

O Orador: ... aliás todas as condições e num espírito patriótico ...

Por isso às vezes, o senhor sabe uma coisa Sr. Deputado Francisco César, é um bocadinho delicado fazer acordos com determinados pressupostos porque os senhores servem-se do acordo e depois atiram-no à cara de quem o fez.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem lembrado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César veio aqui lembrar as ausências dos Deputados que aqui não estão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a fazer política partidária!

O Orador: Mas da parte do Governo Regional, estando esta urgência calendarizada, eu não vejo o responsável pelas Finanças. Eu não vejo o Vice-Presidente do Governo Regional. Onde é que ele está? Teve medo de participar neste debate? De ser confrontado com as descidas dos impostos? O que é que aconteceu? E o Presidente do Governo Regional também não está aqui! E muitos outros titulares de pastas de matérias que nós estamos aqui a discutir, também não estão aqui!

Portanto, é sempre muito pouco hábil levantar argumentos, por parte do Sr. Deputado Francisco César, que entretanto como estava a ser visado, de uma forma que eu não vou, para não provocar nenhum problema, vou só dizer que é, no mínimo deselegante e pouco corajoso do ponto de vista do debate político, para ser confrontado com aquilo que eu lhe estava a dizer, o que quero dizer é que este tipo de argumentos quando temos uma bancada do Governo despida dos responsáveis diretos desta matéria, são argumentos que não podem ser utilizados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois, dizer o seguinte: já todos percebemos que há também aqui uma continuidade lógica nesta matéria, já que estamos no friso cronológico. Há uma personalidade que transita de um Governo para o outro e continua a ser o responsável pelas Finanças e foi o mesmo que com certeza aconselhou o então Presidente do Governo Regional, Carlos César a dizer: “Bom, isto é indiferente!”, mas agora já considera que é uma catástrofe, a redução dos impostos. As primeiras declarações dele foram nesse sentido.

Então em que é que ficamos? É ou não é importante? É ou não é decisivo?

O que toda a gente já percebeu é que o PS fez aquele velho truque: perante as responsabilidades, perante as dificuldades vamos ver se conseguimos responsabilizar os outros e atirar a lama aos outros também.

Esta é muito simples.

O segundo ponto, segunda estratégia: manobras dilatórias. É isto que aqui está a ser feito! Estamos à espera. Qualquer Governo responsável que quer resolver a questão marca um período em que são feitas as audições e são feitas as propostas. Apresenta uma calendarização urgente. Não. O que é que o Governo tem? O Governo tem desenvolvido um conjunto de manobras dilatórias que pretende prolongar no tempo, a carga fiscal sobre os açorianos porque o Governo não pretende de facto resolver o problema.

Sra. Presidente, já terminou o meu tempo, mas de qualquer das formas o que é importante dizer é o seguinte: há enormes responsabilidades e de facto faz todo o sentido apresentar aqui um Projeto de Resolução que diga ao PS, que diga ao Governo que esta questão é para resolver e é já.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu vou reiterar o que disse há bocadinho: o Governo está a cumprir o seu calendário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é a passo de caracol!

A Oradora: Portanto, nessa matéria façam os senhores os exercícios que aqui fizerem não há como fugir a essa questão.

Podem até os Srs. Deputados, discordarem da metodologia, mas a verdade é que estamos a seguir a metodologia e o calendário com que nos comprometemos.

Agora, Sr. Deputado Paulo Estêvão, truque! Manobra! É aquilo a que assistimos por parte do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Manobra dilatória!

A Oradora: Anunciar às pessoas que se vai apresentar uma iniciativa para permitir reduzir os impostos já...

Deputado António Marinho (PSD): Não é isso!

A Oradora: ... e apresentar uma iniciativa cujo efeito é zero...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... isso é que é um truque, isso é que é uma manobra e importa repor a verdade.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

... porque aquilo a que nós assistimos esta manhã, foi a uma concertação de intervenções para fazer as pessoas esquecerem-se daquilo que o PSD tinha dito, para fazer as pessoas não perceberem que o PSD tinha dito que ia fazer uma coisa que afinal não era isso ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que as pessoas já perceberam é que o Governo não quer baixar os impostos. É isso que as pessoas já perceberam!

A Oradora: ... e tentar desviar o debate.

Pois eu pedi a palavra também para dizer que este debate é sobre uma iniciativa que o PSD anunciou a semana passada e que dizia que ia descer os impostos já e que afinal essa iniciativa não tem nenhum efeito nessa matéria ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não tem efeito porque os senhores não querem!

Deputado António Marinho (PSD): A senhora é que está a faltar à verdade! O PSD não disse nada disso!

A Oradora: ... e portanto aquilo que o PSD anunciou não é verdade e não corresponde à verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem efeito se não respeitarem a vontade do Parlamento!

Deputado António Marinho (PSD): A senhora é que está a faltar à verdade!

A Oradora: Não. Não estou a faltar à verdade.

Uma iniciativa para permitir reduzir os impostos já e esta iniciativa não permite coisa nenhuma, nessa matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Secretária, está nas suas mãos. Reduza os impostos!

A Oradora: É isso que os senhores não querem discutir.

Afinal anunciaram uma coisa que não estão a fazer e é isso que os senhores não querem discutir.

Muito obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A senhora não quer discutir o seu poder de baixar os impostos aos açorianos!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Começo por si e tenho que começar por si por um motivo muito simples: aquilo que a senhora acabou de dizer, vou tentar ser o mais suave possível, faltou à verdade!

O PSD, eu acabei de ler há bocado, o Sr. Deputado Artur Lima leu, não disse ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Exatamente!

O Orador: Então a senhora faz por esquecer.

Eu compreendo, com o Deputado Francisco César, que eu já lá vou, passou-se a mesma coisa, traziam o discurso preparado ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não veio preparado!

O Orador:... porque leram qualquer coisa não sei onde.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Li as notícias no *site* do PSD e as declarações do Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: Leu-se aqui exatamente o que vinha no comunicado do PSD e os senhores têm que continuar a bater na mesma tecla porque é a única tecla a que se podem agarrar face às demoras (vou voltar ao Sr. Deputado Aníbal Pires, aos refúgios nas rondas) face a essas desculpas é a única desculpa que os senhores podem ter para não terem apresentado nada até a este momento, quando o podiam apresentar a partir do início do ano.

Deixe-me dizer-lhe, Sra. Deputada Zuraida Soares, que o Sr. Primeiro-Ministro não podia dizer que aquilo assegurava a baixa de impostos!

Deputado André Bradford (PS): E só se lembra disso a meio!

O Orador: Ele não podia assegurar isso!

Ele podia assegurar, assegurou, foi o que fez, é que ia ser reposto o diferencial fiscal.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): As transferências. As transferências, podia ter assegurado!

O Orador: Não. Não podia. Não podia dizer que ia baixar os impostos. Porquê? Porque isso é uma competência da Região, não é dele.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Ele só podia dizer: “O diferencial vai ser reposto!”. Disse-o e fez depois verter no Orçamento de Estado. Deu a possibilidade.

Agora, cabe-nos, a nós, fazer isso, reduzir os impostos. Chamaram-nos para darmos os nossos contributos. Há bocado confirmei, afinal estava aqui a data, foi entregue no dia 8 de janeiro de 2015, hoje é dia 13 de fevereiro, continuam à espera de mais elementos. Estão a ganhar tempo e do dinheiro dá-lhes jeito e já se sabe, basta conhecer uma pessoa que aqui não está, que gosta muito de dinheiro nos seus cofres.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Oh, Sr. Deputado!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Tenha tento! Nos seus bolsos? Isso é muito baixo!

O Orador: Nós gostamos mais do dinheiro nos bolsos das pessoas e nos bolsos das empresas e seguramente é melhor utilizado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Guerrilha. Guerrilha PSD/PS. Quem quer ir para a guerrilha não apresenta contributos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): É impressionante!

O Orador: Mando-os para o lixo e diz assim: “Eles que fiquem para ali que se resolvam!”:

O Orador: Apresentámos um contributo como todos os outros partidos.

Portanto se isto é guerrilha...

Obviamente que a pretensão era que a partir daqui o Governo se mexesse. O Governo vai falando. O Governo vai apresentando desculpas e não arranja a solução e os açorianos anseiam por essa solução.

Portanto, deem-lhes essa resposta: “Está tarde de mais! Já está tarde de mais”! Já pode ser penalizante de forma definitiva para algumas empresas e para algumas pessoas que passam por situações gravíssimas: pessoas desempregadas, pessoas que não estando desempregadas viram os seus rendimentos baixar substancialmente. Tem que se dar uma oportunidade a estas pessoas! Nós temos que pensar nos açorianos e pensar menos no dinheiro que temos dentro dos cofres, que é o que os senhores pensam, peço muita desculpa mas só posso dizer isso.

Oh, Sr. Deputado Francisco César, o jornal ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ele ontem andou aí a falar com os jornalistas!

O Orador: ... a gente fez isto para o jornal. Quem falou em jornal foi o senhor. O senhor é que começou a falar nisso e ... “está a fazer isso para o jornal!”. É legítimo ter essa preocupação, eu não estou a dizer o contrário.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine. Já terminou o seu tempo.

O Orador: Já estou quase no final do tempo?

Presidente: Já terminou, por isso agradeço que termine...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Esses frisos demoram muito!

O Orador: Só mais duas questões.

O jornal, a preocupação foi sua, não foi minha, o senhor é que começou aqui a falar dos jornais.

Para terminar, depois poderei falar mais na declaração de voto, depende da forma como o PS querará votar esta iniciativa, os senhores, é verdade, que

vieram tarde para a questão do diferencial fiscal, porque José Sócrates na República não vos permitiu dar uma nota negativa em relação à redução do diferencial fiscal.

Ele assim o fez, assim fez a sua negociação e os senhores tiveram que levar aquilo e toda a gente, de uma forma transversal, já foi aqui suficientemente referido, da parte dos senhores obviamente que não puderam dizer que não. Não puderam dizer que não.

Depois vem ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Vou terminar já Sra. Presidente.

Presidente: Tem mesmo que terminar.

O Orador: ... o Dr. Pedro Passos Coelho e aí surge a oportunidade: “Então afinal de contas a gente vai todos a seguir para o lado de lá!”.

Mas estamos a falar unicamente ao nível das palavras, só que de palavras os açorianos estão fartos! Palavras os açorianos não podem utilizá-las nos seus consumos e na reposição dos seus rendimentos.

Por isso das palavras, Sra. Secretária, das justificaçõezinhas, atrás de justificaçõezinhas, das rondas para trás e para a frente, atuem! Se quiserem provar que querem atuar e que querem efetivamente descer os impostos aos açorianos, façam-no no imediato.

Quanto ao PS, aprove este projeto de Resolução e o Governo na sequência disso, ao contrário do que fez e ainda vimos aqui esta semana, de vez em quando lá se esquece que há uma resolução qualquer para cumprir, que a cumpra desta vez e devolva o dinheiro aos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Vítor Gaspar, já se esqueceu?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos interromper os trabalhos por agora. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos continuar o nosso debate.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Francisco César.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Faço a minha intervenção na sequência da intervenção do Sr. Deputado do PSD, no sentido de lhe responder que nós não concordamos com a visão política que o PSD tem sobre esta matéria.

Nós consideramos que quando nós entramos para um debate político, quando nós temos propositura em matéria política, quando nós temos objetivos de beneficiar e ajudar os açorianos que estão em dificuldades, devemos fazê-lo com verdade, mantendo os nossos compromissos.

Como sabemos, há um diálogo em aberto, há conversações que estão a ser tidas. Há parceiros sociais que, inclusive, não entregaram ainda as suas propostas. É neste sentido que o apelo que faço ao PSD é que espere, trabalhe connosco, no sentido de podermos ter uma boa proposta que baixe efetivamente os impostos aos açorianos.

Nada beneficia este processo, nada será bom para a política açoriana, se o PSD optar por uma política unilateral, de rasgar consensos, não querer trabalhar em conjunto com o Governo e com o PS para podermos baixar.

Não interessa quem é o pai da proposta. Não interessa quem baixa, interessa sobretudo o fim, ou seja, nós podermos ajudar os açorianos.

Ajudem-nos também a poder baixar, abdicuem da pequena política, abdicuem da campanha eleitoral.

Nós, mantemos esse compromisso de abertura, mantemos esse compromisso de ajudar os açorianos e as açorianas. É esse o compromisso que temos tido e é esse o apelo que fazemos, porque rasgar consensos, sobretudo nesta altura de dificuldades, não é o melhor que pode acontecer aos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação.

A Sra. Secretária da Mesa irá fazer uma contagem.

(Pausa)

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores não querem baixar os impostos aos açorianos!

Presidente: Sr. Deputado António Marinho para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Com o chumbo desta iniciativa o PS deu mais uma ajuda ao Governo Regional para guardar por mais algum tempo, o dinheiro que deveria já estar a ser entregue aos açorianos.

Se a tivesse querido aprovar, ainda que se saiba da pouca qualidade do Governo Regional em cumprir o que aqui é aprovado, talvez em março fosse garantido que tivéssemos aqui a iniciativa que permitisse baixar os impostos dos açorianos ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e nesse caso só três meses estariam perdidos para entregar aos açorianos aquilo que lhes é fundamental na situação, no momento dramático que estão a viver.

Desta forma o PS continua a revelar a pouca vontade que tem, já aliás demonstrado em reduzir esses impostos, em relação às famílias e às empresas açorianas e acaba por se perder mais tempo e mais tempo para muitos pode ser tempo de mais.

O PS pedia ainda agora ao PSD tempo para esperar. Deve é pedir aos açorianos, pois são eles que, mais uma vez, têm que esperar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PS lamenta a atitude do PSD.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem que explicar é o seu sentido de voto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O homem ainda nem começou a falar!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César faça o favor de continuar.

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem hábitos de censura que bem conheço, mas se pudesse deixar o PS falar, nós agradecíamos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é eu disse?

O Orador: O PS lamenta a atitude do PSD, um partido que tanto na República defende o consenso e a parceria, é um partido que hoje optou, nesta câmara por rasgar o consenso que estava a ser estabelecido com todos os partidos e com a oposição.

Nós disponibilizámo-nos desde o início para trabalharmos numa descida de impostos, de uma forma responsável, de uma forma concreta.

Sempre dissemos que isso era possível se trabalhássemos todos juntos. Foi sempre esse o compromisso do PS e do Governo dos Açores.

Nós votámos contra esta proposta porque esta proposta não vem trazer uma baixa de impostos. Essa proposta não concretiza a forma de baixar os impostos. Esta proposta não colabora na descida de impostos. Esta proposta é oportunismo político, é querer estar à frente para ter o dividendo em vez de trabalhar para beneficiar os Açores e com isso não contem com o PS, contem sim para trabalhar em benefício dos Açores e na baixa de impostos que tanto esperamos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PPM lamenta a atitude do PS.

Lamenta que o PS continue a fazer tempo, continue a prolongar a carga fiscal sobre os açorianos, quando há muito tempo já o poderia ter feito.

O PS é o único responsável pela manutenção da carga fiscal.

Foram os primeiros a apoiar a introdução do aumento da carga fiscal nos Açores e agora fazem tempo e fazem tudo o que lhes é possível para evitar que os impostos diminuam nos Açores.

Há muito que os diversos partidos políticos e que a população açoriana já perceberam que o PS não quer baixar os impostos, que não está interessado em libertar a população açoriana e as empresas açorianas desse fardo.

Eles sabem, os açorianos sabem, que muitas das dificuldades que estão a viver devido à má governação do PS, são incrementadas por uma carga fiscal, altamente penalizadora que o PS mantém sobre a população como um verdugo, mantém sobre aqueles a quem quer introduzir mais dor e mais dificuldades.

Eu considero que todos nós, com frontalidade, devemos estar aqui num debate frontal, em que todos assumam as responsabilidades que têm num processo político, ouvindo as oposições, ouvindo o Governo, ouvindo com lealdade aquelas que são as opiniões dos outros e mais uma vez o Sr. Deputado Francisco César, quando é confrontado com discordâncias e um discurso de que ele não concorda e que pode ser crítico em relação àquela que é a nossa opinião em relação à observação e análise que o Sr. Deputado acabou de fazer, o que acontece é que abandona a sala.

Portanto, neste sentido isto demonstra bem a frontalidade que todos nós temos no debate político.

O debate político tem que ser feito com frontalidade olhos nos olhos, com coragem para ouvir as críticas, para ouvir discordâncias, para dizer: “Não concordo. Não concordo por isto e por aquilo!”. Mas com frontalidade meus senhores! Não se faz com cobardia política de dizer: “Não estou disponível para ouvir as críticas, oiçam o que eu tenho para dizer, mas eu não estou disponível para ouvir o que os senhores têm para dizer!”.

Por isso, na minha perspetiva é algo que afeta a democracia e afeta o debate democrático neste Parlamento quando alguém que acabou de discursar exatamente neste tema não está disponível para ouvir uma opinião discordante.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra

(*) **Deputado Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Terminada para já a guerrilha entre o PS e o PSD sobre esta matéria, o BE queria (para já, foi o que eu disse para já, amanhã é outro dia) dizer o seguinte:

O BE, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Francisco César disse, não quebrou consenso nenhum, porque não há consenso nenhum ainda sobre esta

matéria, nem se sabe qual é a proposta! Estamos todos a dar os nossos contributos para haver ou não haver um consenso, para haver ou não haver uma proposta, para concordarmos ou discordarmos da proposta do Governo.

Portanto, não há aqui quebra de consenso nenhum, pelo contrário o que há é a procura de um consenso que aliás só o PS quebrou, porque se o consenso é, vamos todos porque queremos baixar os impostos aos açorianos e açorianas, o PS vota contra.

Portanto, se alguém quebrou aqui algum consenso foi a bancada do PS, não foi o BE.

Depois, o BE votou a favor do alívio fiscal, o mais rapidamente possível dos açorianos, das açorianas e das famílias desta Região e das empresas também.

Depois, já agora, ao BE é completamente indiferente, hoje como sempre, a paternidade, a maternidade, o apadrinhamento seja de que proposta for.

Quando chega a hora de estarmos do lado daqueles que precisam, nós estaremos sempre lá: com o PSD, com o PPM, com o CDS, com o PCP, com o PS, com o Governo. Quando chegar a hora de não estarmos de acordo, não estaremos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PCP, desde a primeira hora que vem defendendo, aliás como todos os outros partidos com assento neste Parlamento, a redução da carga fiscal, repondo o diferencial fiscal em 30% e julgo que nessa perspetiva e nesse olhar há efetivamente um consenso, esse consenso não está quebrado.

A procura de consenso sobre a forma e o alcance da redução fiscal há de ter o seu momento próprio, mas há uma coisa em que não houve consenso, há um aspeto neste processo onde não houve, e ao que parece continua a não haver

consenso, que tem a ver com o momento, o *timing* dessa decisão e o *timing* dessa decisão era, como já o referi, em sede da discussão do Orçamento da Região, isto é em novembro de 2014, de modo a que essa redução tivesse a produzir efeito desde o dia 1 de janeiro de 2015.

Não o quis esta câmara e não o quis esta câmara por vontade, desde logo, do PS na qual foi acompanhada pelo PSD que se escudou atrás daquilo a que chama a ausência ou a falta de uma norma habilitante para justificar a sua tomada de posição.

Bem, mas então a norma habilitante que faltaria, eventualmente, à proposta do PCP, essa norma também não existia para grande parte do articulado do Decreto Legislativo Regional que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, esse argumento não colhe, não colhe e claramente significa politicamente isto: nem o PS, nem o PSD quiseram resolver o problema da redução da carga fiscal na Região repondo o diferencial fiscal em 30%, não o quiseram fazer no momento próprio.

De facto aqui é que não há consenso porque relativamente ao resto certamente que o consenso existe, pois não haverá nenhuma força política com assento aqui neste Parlamento que não queira que as famílias açorianas possam pagar menos impostos, quer os que resultam do seu trabalho, quer aqueles que resultam do consumo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Deputado Berto Messias é que não!

O Orador: ... e querem certamente, também, que haja um alívio sobre a carga fiscal das empresas.

Portanto esse consenso existe e já podia há muito tempo ter sido resolvido se efetivamente houvesse vontade de que isso acontecesse.

Não quis o PS e não o quis o PSD.

O resto que assistimos aqui hoje diz bem da forma como, quer o PS, quer o PSD encaram esta situação.

É, digamos, baixa política e o PCP foi eleito para servir o povo açoriano, não foi para fazer aqui truques de ilusionismo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Muito brevemente, eu julgo que quando se fala de baixar impostos, todos nós estamos de acordo e isso não implica que a proposta apresentada pelo PSD tenha sido a melhor, tenha sido a melhor maneira de o fazer, mas também não implica que, necessariamente, tenhamos que ser contra uma proposta de um partido da oposição de baixar impostos, o que também não implica que se venha a cobrar qualquer tipo de futuros consensos com o Governo e com a maioria para se chegar efetivamente e depressa a uma baixa de impostos.

Continuamos, como sempre estivemos disponíveis para isso.

Se assim o quiserem a bem dos açorianos cá estamos, se não o quiserem, pois, lamentamos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com a nossa Agenda.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 15 horas e 40 minutos.

Eram 15 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 43 minutos.

Srs. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Entramos no ponto 19 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 112/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na qualidade de único acionista, desenvolva as diligências de sua competência no sentido da SATA Internacional/Azores Airlines transferir a sua base operacional para a Ilha Terceira”.**

Este pedido de urgência é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O CDS resolve apresentar aqui uma proposta de transferência da base da SATA Internacional Azores Airlines, para a Ilha Terceira.

A urgência justifica-se exatamente pela situação que se está vivendo na Ilha Terceira, em que é necessário atempadamente tomar medidas de geração e criação de riqueza, de criação de postos de trabalho, de dinamização da economia, portanto é preciso começar já, para colher amanhã.

Não há tempo a perder nessa matéria.

A Terceira e o Governo estão conscientes disso e presumo que todos os partidos aqui estão conscientes que é preciso tomar medidas no imediato, que não sejam medidas de cosmética, que sejam efetivas de criação de postos de trabalho, de

fazer crescer a economia, de aumentar o turismo e isso faz-se com as armas que temos nos Açores. Não precisamos ir pedir a outros. Temos e aliás vem desde há um ano e meio ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas nós não pedimos nada!

O Orador: ... que o Governo admite transferir a base da SATA Internacional de Lisboa, para os Açores e então nesse sentido nós propomos que a base da SATA Internacional seja transferida para a Ilha Terceira, exatamente no sentido de criação de postos de trabalho, dinamização da economia e começar já a trabalhar com medidas concretas, eficazes e geradoras de riqueza.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Relativamente a esta iniciativa do CDS-PP, eu queria começar por fazer um apelo ao proponente, visto que se trata de uma questão que, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, necessitaria de mais alguma reflexão, fazer o apelo ao Grupo Parlamentar do CDS-PP que não fizesse o pedido de dispensa de exame em Comissão e se limitasse apenas à urgência, uma vez que me parece que qualquer decisão que possa vir a ser tomada sobre esta questão que o CDS nos traz aqui (e que eu percebo perfeitamente) na opinião da Representação Parlamentar do PCP, necessita de alguma reflexão, desde logo de conhecermos melhor a estratégia que o Grupo SATA, designadamente o Conselho de administração da SATA tem para eventuais alterações em termos das suas estruturas funcionais e como tal ficaria muito difícil para a Representação Parlamentar do PCP, tomar aqui qualquer decisão no sentido de ser favorável, ou não, a esta alteração que é proposta pelo CDS-PP.

Assim, uma vez mais, reitero aquilo com que comecei a minha intervenção que é solicitar ao proponente que pudesse ter este aspeto em consideração.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Este Projeto de Resolução do CDS-PP, é mais uma proposta de um contributo para a situação problemática que se vive hoje na Ilha Terceira, por isso por nós reconhecida, mas o Grupo Parlamentar do PS julga que é conveniente, prudente baixar à Comissão para ser devidamente analisada e validade de forma técnica, nomeadamente através da audição do Presidente do Conselho de Administração da SATA, por isso não poderemos votar esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PSD sempre criticou ao longo dos anos a ingerência política do Governo Regional na SATA.

Deputado Miguel Costa (PS): Às vezes!

O Orador: Coerente com este pensamento entende que as opções operacionais que dizem respeito à SATA devem ser tomadas pela sua administração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que delícia!

O Orador: Pese embora este pensamento estamos totalmente disponíveis para em sede de Comissão Permanente de Economia, podermos analisar em pormenor e solicitar uma série de diligências e audições que nos permitam ter uma posição total, uma posição bem substanciada para que depois possamos definir o nosso sentido de voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Assuma que é contra!

O Orador: Nesse sentido o PSD votará contra o pedido de urgência, permitindo assim que a iniciativa do CDS-PP desça e seja analisada em sede de Comissão Permanente de Economia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O CDS propõe aqui que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores “resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na qualidade de único acionista, desenvolva as diligências de sua competência no sentido da SATA Internacional transferir a sua base operacional para a Ilha Terceira”.

Bem, é uma questão urgente, o próprio Governo tem reconhecido a urgência e está a colocar também a urgência na tramitação das suas próprias medidas e na minha perspetiva o que está a suceder é que, neste momento, esta é a única medida concreta, com impacto no sentido de permitir aproveitar a capacidade logística que agora fica inteiramente disponível e também no sentido de permitir à Ilha Terceira contar com uma valência que é absolutamente decisiva nesta fase e claro, evidentemente, eu também considero que esta localização da base operacional na Ilha Terceira também favorece e de que maneira a Região Autónoma no seu todo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O BE tende objetivamente a concordar com esta iniciativa legislativa do CDS, este Projeto de Resolução, no sentido de que a base operacional da SATA Internacional Azores Airlines, passe para a Terceira, por todas as razões que nós conhecemos e que já foram aqui aventadas, no entanto também considera que há um levantamento, uma auscultação e uma análise mais substantiva a fazer para percebermos se estamos a fazer bem ou se pelo contrário não estamos a fazer tão bem.

Agora, o que eu não tenho a mínima dúvida é que quer se queira, quer não se queira, quando se fala de ingerência, quer dizer o Governo Regional e a Região é o acionista único, não é uma questão de ingerência, é uma questão de realidades e factos da vida.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E nós somos representantes dos acionistas! Nós é que somos!

A Oradora: Portanto, não há volta a dar.

Portanto, estando de acordo com o espírito da proposta e da iniciativa na realidade, pensamos que a urgência é capaz de não ser a melhor conselheira.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de dispensa de exame em comissão foi rejeitado com 22 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Percebo o apelo que foi feito pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pela Sra. Deputada Zuraida Soares e também pelo Sr. Deputado Miguel Costa.

Presumo que o melhor seria de facto, na nossa opinião embora entenda e estamos disponíveis para em sede de Comissão, mas com celeridade, debater o assunto, não temos nenhum problema em discutir e até melhorar a nossa proposta de alguma maneira, com o contributo de todos, embora continuemos a achar que a urgência de trabalhar no assunto se mantenha.

Agora, há uma coisa absolutamente extraordinária: quem Deus havia de escolher, nesta sexta-feira, 13, para mandar um recado? Deus escolheu o PSD e escolheu curiosamente o Deputado Jorge Macedo que fez parte de um Governo do PSD que não se ingeria em empresas públicas!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Sr. Deputado Jorge Macedo! Nossa Senhora d'Agrela! Deus nos proteja e livre!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O PSD não se ingere ... Tantas recomendações! Isso revela uma coisa: o PSD é contra a transferência da base da SATA Internacional e da Azores Airlines para a Terceira. Não vale a pena disfarçar a santinha! O Deputado António Ventura é contra; o Deputado Luís Rendeiro, é contra e a Deputada Judite Parreira é contra. Se não são contra, são cúmplices o que ainda é pior do que ser contra.

Portanto, hoje fica a Terceira a saber que mais uma vez vamos assistir daqui a um bocado à mais pura demagogia do PSD relativamente ao PREIT, porque não interfere nas decisões nas empresas regionais.

Era só o que faltava, que o acionista único não pudesse dar, como dá, instruções às suas empresas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós somos representantes do povo!

O Orador: Portanto, desculpa pior do que esta eu nunca tinha ouvido e sobretudo, termino, por quem Deus manda o recado.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos avançar com a nossa Agenda. Tendo sido rejeitada urgência passamos para o ponto 21: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 113/X – “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu creio que a urgência não necessita de grandes explicações, face ao objeto desta Resolução.

Portanto, deixo à consideração da câmara a consideração desta urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Seria talvez urgente era discutir aqui o PREIT e ter vindo aqui para nós o discutirmos e não vir aqui uma pronúncia que temos que considerar para mandar uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Presidente da República.

Portanto, nesse sentido teríamos apoiado a urgência e até teríamos apoiado antes que tivesse vindo aqui a discussão, esse chamado PREIT.

Agora, não vemos qualquer urgência em aprovar esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo vamos passar então à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 votos contra do CDS, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do PCP.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, agora darei novamente a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho para apresentação do Projeto de Resolução.

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Esta é apenas, mais uma vez, em circunstâncias especiais é certo, que esta Assembleia se pronuncia e toma uma posição política que será indubitavelmente importante acerca do acordo de amizade entre Portugal e os Estados Unidos e naquela que é a sua principal concretização prática, através de um destacamento norte-americano na Base das Lajes, na Ilha Terceira.

Gostava de começar por lembrar que nós temos, mesmo ao nível do direito comparado e ao nível dos poderes das autonomias, ao nível das competências internacionais, competências que são bastante relevantes, em termos constitucionais, outra coisa será o juízo que eventualmente possamos ou devamos acerca da sua real concretização.

Mas é sempre bom lembrar que esta Assembleia tem consciência disso e que ao longo da sua história e desde o seu início tem sido digna dessa competência e dessa responsabilidade.

Eu diria mesmo que não será possível fazer um balanço histórico e político daquilo que tem sido a presença norte-americana na Base das Lajes, sobretudo nos últimos 40 anos, e para se perceber todos os aspetos políticos, laborais e de importância e de interesse para a Região Autónoma dos Açores, sem atender aos muitos relatórios que esta Assembleia já produziu sobre o assunto. Desde o primeiro, que teve como presidente o Deputado Álvaro Monjardino e como Relator o Deputado Alvarino Pinheiro e que deu a conhecer, pela primeira vez, e publicitou o acordo técnico de então, que devido ao regime ditatorial em que foi elaborado, era secreto.

Por aí nós já vemos a importância que este Parlamento tem tido a este nível e eu estou convencido que para além da poeira e para além das pequenas divergências, este Parlamento continuará ao nível político e ao nível técnico a ser merecedor dessa tradição e a saber cumprir o seu papel fundamental.

Todos nós sabemos que atravessamos um período muito especial ao nível desse Tratado, dessas relações, com a ameaça ou o anúncio concretizado e

confirmado de importantes consequências que todos nós bem conhecemos ao nível da redução dessas forças dos trabalhadores portugueses e das implicações políticas, sociais, económicas, laborais que essa matéria terá sobretudo na Ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores.

Daí que seja fundamental no entender do PS que, uma vez mais, a Região através de um dos seus órgãos próprios e do seu primeiro órgão próprio e do órgão próprio que por natureza representa a pluralidade e todas as ilhas com legitimidade direta, também se pronuncie.

É claro que se pode sempre dizer que se trata da pronúncia sobre um plano já apresentado. É verdade! Mas aqui nunca se atinge a perfeição porque entendeu o Governo, no nosso entender bem, que a urgência desta situação levava a que se apresentasse também com urgência um plano, multifacetado, multisectorial e eventuais audições, sendo obviamente sempre de grande utilidade, por vezes não se compaginam em matéria de tempo com essa urgência, tanto mais que a Região resolveu através do seu Governo assumir naturalmente as suas responsabilidades nesta matéria; resolveu propor um conjunto de medidas mas também resolveu lembrar, dando neste caso o exemplo, as responsabilidades que face à nossa Constituição, ao nosso Estatuto e à nossa realidade de autonomia, incumbem a outros e não há dúvida que formalmente até em primeiro lugar como é desde logo o caso do Estado Português.

Pensamos que é melhor, neste caso, pecar pela urgência e pelo exemplo do que termos, eventualmente, até agora, da parte de outros, apenas a promessa ou a vontade anunciada de constituição de um grupo de trabalho.

Pensamos por isso que ao nível das negociações que se avizinham entre o Estado Português e os Estados Unidos da América e também como é evidente ao nível da reivindicação açoriana legítima e democrática que o Governo dos Açores terá de fazer nos órgãos próprios e de forma também política e pelos caminhos que melhor se revelarem, é fundamental que o Parlamento dos

Açores, com as suas características e face também à sua tradição, não perca a oportunidade de tomar uma posição nesta altura tão ingrata.

Parece-nos também que, face ao caráter de assunção de responsabilidades de todos, face ao conjunto multifacetado deste plano, eu penso que seria extremamente importante para a Região Autónoma dos Açores, para a defesa dos açorianos e daqueles que são mais diretamente atingidos por este anúncio, que houvesse aqui no essencial nas coisas importantes, uma posição que fosse sobretudo de consenso, de unidade em defesa da posição dos Açores, em defesa dos trabalhadores da Base das Lajes e da economia da Ilha Terceira e dos Açores.

Eu tenho a certeza que este Parlamento, como já deu muitas provas e independentemente das legítimas divergências de pormenor, saberá perceber o que é que é essencial nesta matéria e saberá perceber a importância muito especial deste momento e saberá optar, para além de todas as tentações, ao nível daquilo que é verdadeiramente o interesse dos Açores e da autonomia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A Ilha Terceira foi recentemente abalada com a decisão dos EUA de reduzir drasticamente a Base das Lajes sedado na Base das Lajes.

Foi um choque para os terceirenses e foi para os açorianos em geral.

Esta decisão representa um rude golpe para a economia da Terceira e dos Açores quer por via da perda de postos de trabalho diretos e indiretos, quer pela redução na aquisição de bens e serviços.

O impacto na economia será brutal. Numa economia já de si fragilizada, com desemprego e insolvências preocupantes.

Não é, portanto, à redução do contingente norte-americano que isto se deve, porque os americanos ainda não deixaram a Base das Lajes!

Deve-se sim à incapacidade do Governo Regional de implementar medidas que revertam esta situação, deve-se sim ao incumprimento de promessas sufragadas que a terem sido cumpridas teriam permitido almofadar a economia e acomodar este impacto com outro conforto e com outra segurança.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Face à decisão do governo dos EUA, o Governo Regional apressou-se a apresentar um Plano de Revitalização Económica para a Ilha Terceira (PREIT), esquecendo-se de, consultar os partidos da oposição, à semelhança do que fez num passado recente com a Proposta de Reestruturação do Sistema Regional de Saúde.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

A Oradora: Devia ter procurado reunir consensos por forma a evitar conflitos.

Devia, numa atitude sensata, ter procurado o contributo de todos.

Mas não, numa atitude de arrogância e de “orgulhosamente só”, o governo elaborou um plano não solicitando o contributo dos partidos da oposição

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora:... e agora vem o PS propor a esta Assembleia que apoie **inequivocamente** um plano em que **inequivocamente**, nem o Partido Socialista nem o Governo Regional acredita.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Pudera! É mais um Plano. Mais um igual a tantos outros que o Governo, apoiado pelo PS, já apresentou e não cumpriu.

Deputado Rogério Veiros (PS): Vote contra, Sra. Deputada!

A Oradora: O PSD não se identifica com medidas desta natureza e não pode passar um cheque em branco ao Governo Regional.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Era isso que os senhores queriam, um cheque em branco!

A Oradora: Entendemos que este Plano enferma de vários defeitos quer na forma quer no conteúdo que seriam compreensíveis se o Plano tivesse sido feito em dois dias, absolutamente incompreensíveis tendo o Plano sido feito em dois anos.

Na forma porque está mal organizado não apresentando um pensamento estruturado.

No conteúdo porque apresenta um conjunto de promessas não cumpridas e uma mera antecipação de medidas já anunciadas.

Um Plano em que o Governo mais não fez do que verter num só documento tudo o que constava de outros já existentes e que reflete um conjunto de promessas não cumpridas ao longo de anos, quer pelo governo, quer pelas autarquias da Ilha Terceira.

Que razão temos nós e que razão têm os terceirenses para acreditar que desta vez é que vão ser cumpridas?

Que razão tem os terceirenses e os açorianos em geral para acreditarem num plano que apresenta um conjunto de medidas cuja aplicação está dependente de verbas de terceiros, verbas de que o Governo Regional não dispõe, nem sabe se irá dispor?

O Governo sabe e o PS também sabe que o seu capital de crédito é cada vez menor e por isso mesmo quer agora vincular os outros partidos ao seu Plano.

O argumento de que estas obras vão alavancar a economia da Terceira já não convence.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todos sabemos que terminada a obra termina o trabalho e que o investimento não é um investimento reprodutivo, nem gerador de emprego sustentado.

Por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PSD não se vai amarrar a um projeto cujo objetivo é limitar aos outros partidos a monitorização e fiscalização da implementação de cada medida ali plasmada no Plano.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: Cujo objetivo é silenciar todos os outros partidos.

Quando o Governo Regional e o Partido Socialista quiserem fazer um trabalho sério podem contar com o PSD, teremos toda a vontade e interesse em colaborar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Bom, mais uma vez e digamos que repetindo um filme já visto hoje de manhã, o BE vai se pôr a jeito, digamos assim, para não ter o agrado de nenhuma das

bancadas, mas de qualquer forma é para isso mesmo que nós cá estamos, é para defender as nossas ideias.

Se eu tivesse que dar um título a esta minha primeira intervenção chamar-lhe-ia o seguinte: o BE vai votar a favor desta iniciativa do PS, mas, e é sobre o mas, que eu gostaria de falar, porque pelas razões para votar favoravelmente penso que não vale a pena “chover no molhado” e continuar a dizer sempre a mesma coisa.

Na realidade o BE tem críticas a fazer sobre, não tanto a elaboração deste Plano de Revitalização Económica, mas a forma como ele foi feito.

Eu gostava de lembrar que ainda há dois dias houve uma reunião importantíssima da Comissão Bilateral, que tem diretamente a ver com esta questão, com o PREIT, com a Ilha Terceira e com a crise económica e social anunciada, houve uma reunião da qual participou, e bem, o Presidente do Governo Regional dos Açores, o Presidente da Câmara da Praia e ao fim da qual nós, nós deputados e deputadas desta Casa, nós Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não tivemos uma única, uma única informação e o Governo tinha a possibilidade de usar uma figura de comunicação à Assembleia, dando conta para o bem e para o mal, para o bom e para o menos bom, do que é que aconteceu e do que é que se alcançou.

Lemos a comunicação social? Lemos. Vimos o Presidente do Governo Regional satisfeito? Vimos. Mas merecíamos um bocadinho mais do que isso porque ler os jornais é uma obrigação cívica, agora informar este Parlamento de uma forma direta, é outro tipo de obrigação.

A essa obrigação o Governo Regional, lamentavelmente, faltou.

Quanto à elaboração deste documento, deste plano de revitalização, o Governo Regional apesar de toda a urgência também faltou.

Eu ouvi com muita atenção o Sr. Deputado Francisco Coelho e sou sensível ao argumento da urgência, mas Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco

Coelho, uma coisa nós temos que admitir: é que o Primeiro-Ministro não pode ser informado e ter na mão primeiro uma decisão que não passou por esta Casa, que é como quem diz por todos os açorianos e açorianas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está certo!

A Oradora: Portanto, a informação dada em primeira mão ao Sr. Primeiro-Ministro, com toda a urgência que ela requeria e o BE não a nega, não perdoa, digamos assim, não desculpa o Governo Regional por o ter feito à revelia desta Casa.

Claro que se sentiu na obrigação, e bem, de mais tarde do que cedo a trazer a esta Casa. Trazer esse Plano, trazer esse documento a esta Casa. É sobre ele que nós agora estamos a falar mas mais uma vez o Governo Regional, deste ponto de vista, faltou.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então temos que votar a partir de agora todos a favor Sra. Deputada!

A Oradora: E não só por uma questão de urgência porque como disse havia figuras que o Governo poderia ter utilizado e o PS: a reunião de urgência de uma Subcomissão em razão da matéria, por exemplo, para dar conta. Havia várias formas, várias figuras que tinham à sua mão.

Na realidade, se quisermos ser, enfim, mauzinhos, diríamos que mais uma vez foi a procura de um protagonismo primeiro, reduzindo esta Casa a um segundo Plano que na realidade não pode, nem deve ser o seu.

Dito isto, eu gostaria de acrescentar que apesar de considerarmos que o Governo faltou a este Parlamento, pelo menos pelas duas razões que aduzi, o BE não faltará ao Governo Regional com o apoio de que necessita neste momento, por isso disse que votará favoravelmente este Plano e assumirá o compromisso e as consequências que este voto favorável significa e um deles é a legitimidade da crítica quando o Plano não for cumprido ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A Sra. Deputada não é obrigada a votar a favor!

A Oradora: ... quando o Plano não começar a dar certo ou quando o Plano mostrar que foi uma artificialidade do momento.

É exatamente por votá-lo favoravelmente que eu acho que nós conquistamos a legitimidade para fazer essa crítica.

Dizer também que este apoio, mais uma vez, como ainda agora demos o apoio ao Projeto de Resolução do PSD relativamente à diminuição dos impostos, este apoio é dado em nome dos açorianos e açorianas e em especial dos terceirenses, dos praienses e dos angrenses, é inequívoco.

Ainda acrescentar antes de terminar esta primeira parte que o PSD, de acordo com a intervenção feita pela Sra. Deputada Judite Parreira pode não ter razão nenhuma para acreditar neste Plano.

Vários Deputados e Deputadas e até bancadas parlamentares podem ter todas as razões para não acreditar neste Plano.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, todos temos a obrigação de não desistir. Todos temos a obrigação de pegar na única coisa concreta que neste momento existe, que é o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, apresentado pelo Governo Regional.

Façamos-lhe todas as críticas de omissão, de artificialidade, de truque baixo, que é pôr lá todas as promessas eleitorais não cumpridas ao longo de anos e anos. Tudo isso pode ser verdade, mas é a única coisa concreta que os terceirenses têm na mão, neste momento e portanto que a Região Autónoma dos Açores tem na mão para enfrentar esta situação de calamidade económica e social que tem pela frente.

As críticas podem e devem surgir a todo o momento. O apoio à única coisa concreta que temos na mão não pode de maneira nenhuma faltar, na opinião do BE.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o BE votará favoravelmente esta iniciativa do PS em cada uma das suas alíneas, sendo que, também não pode deixar de registar, que a maior parte delas são cartas e cartas, é como diz o outro, leva-as o vento. Nós não temos nada contra mandar cartas, mandemos as cartas todas a toda a gente, agora façamos deste plano um compromisso sério e que não defraude a confiança que tantos estão a depositar nele e sobretudo as expetativas legítimas que a população da Ilha Terceira tem acerca deste mesmo Plano.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

À volta das questões da Base das Lajes, foi possível ao longo dos últimos anos encontrar consensos neste Parlamento. Isso foi sempre possível com o diálogo entre as diferentes forças partidárias aqui presentes. Infelizmente e lamentavelmente face àquilo que estamos aqui a analisar e a avaliar e que se relaciona diretamente com uma situação que decorre de uma alteração unilateral dos Estados Unidos face ao paradigma que tem em relação à utilização da infraestrutura militar na Base das Lajes e ao qual certamente é necessário dar resposta, a verdade é que o Parlamento não foi envolvido nessa discussão, não foi consultado, assim como não foi consultado o Conselho de Concertação Social.

Julgo que um Plano desta dimensão, independentemente da sua urgência, era fundamental que ele fosse discutido e que recolhesse contributos de todos os parceiros sociais e políticos.

Julgo que assim sim, que haveria lugar ao encontro de um consenso, como já tantas vezes aconteceu à volta desta questão.

A tragédia que se abateu sobre a Terceira e que não é de hoje, tem já alguns anos, e nem sequer me vou referir às políticas que têm sido seguidas e que levaram a que a situação na Região seja aquela que todos nós conhecemos, em termos sociais e económicos, mas refiro-me apenas ao espaço de tempo que decorreu em que os Estados Unidos resolveram alterar as condições das comissões de serviço dos militares norte-americanos, na Base das Lajes: diminuição do tempo da comissão, a não autorização da vinda dos familiares, o não pagamento do apoio para poderem viver fora da Base. Isto não é de ontem, não é do mês do passado, isto é de há sensivelmente dois anos.

Esse facto levou a que se produzisse um aumento significativo no desemprego na Ilha Terceira, particularmente no concelho da Praia da Vitória.

Aliás, trabalhadores que foram para o desemprego em 2013, não me estou a referir a trabalhadores portugueses Base das Lajes, mas estou a referir-me aos trabalhadores que de uma forma indireta tinham direito ao trabalho por via do paradigma que estava ali instalado e que a alteração desse paradigma acabou por remetê-los para o desemprego.

Lembrar, por exemplo, que esses trabalhadores que foram para o desemprego em 2013, o subsídio de desemprego terminará ainda durante este ano.

Portanto, estou a referir-me a esses e não àqueles sobre os quais pende a ameaça de desemprego face à redução do contingente militar dos Estados Unidos e também do despedimento dos 500 trabalhadores portugueses.

O Governo Regional optou por esta estratégia. Legitimamente podia ter optado por outra.

Ao ter optado por estratégia levou a que os partidos políticos tivessem tomado posição sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

O PCP teve oportunidade de declarar o seu apoio ao Plano, embora acrescentando que ele tinha algumas lacunas e que necessitava de alguns aperfeiçoamentos, mas declarou o seu apoio.

Agora, o que não se pode pedir ao PCP é que agora se pronuncie com um apoio inequívoco que não é essa a posição do PCP. O PCP apoia genericamente mas tem algumas dúvidas sobre o Plano e julga que tem algumas lacunas.

Aliás, relativamente à questão dos trabalhadores e não falo sobre os trabalhadores que estão ao serviço dos norte-americanos, mas falo dos outros, não há nenhuma medida no Plano que seja diretamente relacionada com eles.

Portanto, não pode agora o Grupo Parlamentar do PS vir tentar emendar a mão de uma estratégia do Governo Regional que nos parece, a nós, que não terá sido a mais correta, até porque o Governo Regional, relativamente a esta matéria teve sempre, por parte do PCP, toda a disponibilidade para gerar consensos, mas não nos foi pedido isso e o Grupo Parlamentar do PS vem agora emendar a mão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh!

O Orador: Qual é o problema Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a maneira: emendar a mão!

O Orador: Emendar a mão? Está bem. Está certo.

Portanto o PCP, concordando que há uma necessidade absoluta de uma intervenção diferenciada para a Ilha Terceira, não pode dar aquilo que o Grupo Parlamentar do PS aqui vem pedir, que é o apoio inequívoco.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A nossa posição não sendo de voto contra, vai ser de abstenção.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sra. Deputada Judite Parreira, permita-me que lhe diga, eu não estou chocado, eu estou mesmo zozzo com a sua intervenção.

Deputado Luís Garcia (PSD): Cuidado, Sr. Deputado. Não caia! Pode ser da hora!

O Orador: Se não vejamos Sra. Deputada.

A Sra. Deputada representa legitimamente o PSD, que é o principal partido do Governo da República e que é o partido que já foi, temporariamente Presidente e Vice Primeiro-Ministro o atual Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, Dr. Rui Machete que aliás já a respeito desta crise pôs em causa publicamente as competências do Presidente do Governo, quer dizer da autonomia e dos órgãos de governo próprio nesta matéria.

Deputado Luís Garcia (PSD): Naquele caso específico!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está a dizer que o Governo Regional foi incompetente!

O Orador: Governo da República que nesta matéria tendo constitucionalmente, como aliás faz questão até de exagerar o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a principal responsabilidade.

Até agora viu-se a forma frouxa, ...

Deputados Luís Garcia e Luís Rendeiro (PSD): Não foi isso que disse o Presidente do Governo!

O Orador: ... no mínimo, como acompanhou todo este processo e viu-se que até agora a única coisa que anunciou, visível, independentemente dos contratos diplomáticos esperamos que sejam muito frutuoso, foi a constituição de um grupo de trabalho.

Mas para a Sra. Deputada a culpa disto tudo é do Governo do PS dos Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Na situação da Terceira!

O Orador: O seu Governo e o PSD não têm a mínima responsabilidade nisto. Quando o PSD dos Açores atravessa o mar, baralha-se.

O PSD em Lisboa faz o mais aumento brutal da carga fiscal, nos Açores tem uma paixão incontrolável pela redução dos impostos.

Deputado Luís Maurício (PSD): A isso chama-se autonomia!

O Orador: O PSD no Governo de Lisboa tem feito o que fez ...

Chama-se autonomia ou chama-se contradição?

Deputado Luís Maurício (PSD): Não! Autonomia!

O Orador: O PSD no Governo da República tem feito, o pouco que fez ao nível da Base das Lajes.

O PSD nos Açores acha que a culpa é do PS e do Governo Regional.

Deputado Luís Garcia (PSD): E é!

O Orador: E diz mais: se bem percebi, Sra. Deputada, se não fosse a má governação socialista, ou seja, eu presumo que se fosse Governo o PSD, neste momento nós estaríamos tão bem, correria nas nossas ribeiras leite e mel ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe, está quase a correr mel nas nossas ribeiras, Sr. Deputado!

O Orador: ... e nós até dizíamos aos americanos que eles fossem embora de graça porque no fundo só é preciso uma ajudinha porque o Governo governa mal.

Bom, o PSD, eu recordo à Sra. Deputada, que quando estava no Governo ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a correr mal. Está a faltar argumentos!

O Orador: Está a correr otimamente, Sr. Deputado!

... dos Açores não tinha bem essa opinião e aproveito para lhe lembrar que cerca de 40% do Plano da Região, era uma contrapartida exatamente desse acordo e quando ela acabou nós vimos o que é que começou a acontecer aos Governos do PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não havia os milhões da Europa!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, essa posição é incompreensível e é verdadeiramente lamentável.

Eu acho que o PSD não está a perceber verdadeiramente o que aqui está em causa porque o que vai ficar desta reunião, permitam-me que vos lembre Sras. e Srs. Deputados, não vai ser as tricas sobre o que é que o Governo Regional fez até agora neste mandato na Ilha Terceira. O que vai ficar em questão é que quando a Ilha Terceira teve uma das suas mais graves situações das últimas décadas e quando foi necessário esta Assembleia tomar uma posição, que é sobretudo uma posição genérica, que é sobretudo uma posição política, que é sobretudo uma posição de unidade ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um apagar de responsabilidades, Sr. Deputado!

O Orador: ... que é sobretudo uma posição de defesa dos Açores e uma posição de pressão do Governo da República, eu atrevo-me a dizer que o PSD, talvez não por maldade, mas não percebeu nada disto.

Mas isto é pena.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nós percebemos, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Deputada Judite Parreira, Sr. Deputado Aníbal Pires (que não está, mas eu falo na mesma, até porque não é para falar mal dele) o PS, num esforço de consenso, percebe...

Deputado Luís Garcia (PSD): Consenso? Os senhores fizeram o plano, aprovaram o plano e agora vem pedir consenso!

O Orador: Eu gostava muito que me deixassem falar, mas já vi que ultimamente há nesta Casa uma enorme preocupação para que eu não fale. Deixe-me falar!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Faça favor Sr. Deputado!

O Orador: Deixe-me falar!

Nós percebemos que alguns partidos, tal como o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu, tal como também referiu a Sra. Deputada Judite Parreira, acham um bocadinho excessivo o inequivocamente.

Eu acho que se desculpa aqui o entusiasmo do proponente mas o proponente também em nome do consenso é capaz de atender a esse reparo e Sra. Presidente, isto está a ser gravado, trata-se de uma questão simples, trata-se da eliminação de um adjetivo.

O PS gostava de propor à câmara que se considerasse esta proposta como desaparecendo do n.º 1 do seu articulado o adjetivo inequivocamente.

Não seja por isso, há coisas muito mais importantes aqui em questão do que isso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não estávamos à espera desse número Sr. Deputado!

O Orador: Não é número, está mesmo feito.

Portanto, se isso facilita, e eu acredito que possa facilitar, fica também esta questão resolvida.

De resto, também gostava de dizer o seguinte: é natural que num Plano deste e porque as coisas estão todas interligadas, também apareça um conjunto de projetos, um conjunto de competências cuja solução, cuja melhoria cujo aperfeiçoamento, obviamente se impõe com ou sem esta crise.

Mas não é só no que diz respeito às matérias da competência do Governo Regional.

Por exemplo, este Plano também pretende, e achamos que bem, e a propósito disto, reforçar por exemplo os efetivos da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, dos funcionários do Tribunal da Praia da Vitória ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é tudo do Governo Regional!

Deputados Luís Rendeiro e Luís Garcia (PSD): Matar ratos!

O Orador: ... do Serviço de Finanças da Praia da Vitória.

Eu creio que estas questões não são propriamente da competência do Governo Regional e creio que a Sra. Deputada Judite Parreira concordará que um reforço dos meios humanos e a melhoria nestas atividades soberanas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Construir mercados municipais!

O Orador: ... também dará um bom contributo para a melhoria da Ilha Terceira e como setor até adjuvante da própria economia e da segurança da ilha.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu nem quero imaginar a situação inversa.

Se o Sr. Deputado Francisco Coelho com o seu conhecido e reconhecido, que reconheço e conheço, apurado sentido de humor, estivesse na oposição e lhe apresentassem um Plano destes, o Sr. Deputado deliciava-se com isto!

Eu julgo que postais de Natal, a Sra. Presidente só manda postal de Natal e mesmo assim parece que já é eletrónico, já não manda físico.

Deputado Luís Garcia (PSD): São os custos!

O Orador: E o que se pretende fazer com este Plano, tirando aqui o ponto 2, que é o único que tem aqui que se aproveita e aí concordamos com o ponto 2, de resto pede-se que se mande cartas e postais ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da República e curiosamente também aos dois coautores do Plano: o Presidente da Câmara da Praia e o Presidente da Câmara de Angra. Bom, se isso não é ridículo, Sr. Deputado, anda lá perto.

Só me apetece (cometendo o erro de cometer um assassinato aqui de letra de uma canção que eu muito gosto, que vou assassiná-la de certeza absoluta porque eu não sei cantar) ler isto, estamos perto do Carnaval ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para si é *paso doble*!

O Orador: ... e este vosso Plano, olhe Sr. Deputado Berto Messias...

Deputado Berto Messias (PS): Estou a pedir que cante!

O Orador: ... chama-se postal dos correios, que é naquilo que os senhores estão transformando a Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado cante! Estou a pedir-lhe por favor!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, os senhores não têm respeito pelo primeiro órgão da autonomia, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não é os senhores, é o Parlamento dos Açores!

O Orador: ... estão a transformá-lo numa estação de correios para mandar cartas.

E a canção dos Rio Grande, Sr. Deputado, diz realmente, “Querida mãe, querido pai! Então que tal? Nós andamos ao jeito que Deus quer, entre dias que passam menos mal ...

Deputado Berto Messias (PS): Nós conhecemos a letra!

O Orador: ... em que vem um que nos dá mais que fazer. Mas falemos de coisas bem melhores, a Laurinda faz vestidas por medida; o rapaz estuda nos computadores, dizem que é um emprego com saída. Cá chegou direitinha a encomenda...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso era no tempo do PS! Agora as cartas vêm do estrangeiro!

O vosso governo mandou-os emigrar!

O Orador: ... pelo expresso que parou na Piedade; pão de trigo e linguiça na merenda, sempre dá para enganar a saudade ...

Presidente: Eu acho que todos conhecemos a canção, Sr. Deputado.

O Orador: ... espero que não demorem a mandar ...

Deputado Rogério Veiros (PS): O vosso governo mandou-os emigrar!

Presidente: Acho que todos conhecemos a canção, Sr. Deputado.

O Orador: ... novidade da volta do correio. A ribeira corre bem ou vai secar? Como estão as oliveiras do Candeio? Já não tenho mais assunto para escrever. Cumprimentos ao nosso pessoal. Um abraço deste que tanto vos quer, sou capaz de ir aí pelo Natal”.

Oh, Srs. Deputados, isto aplica-se na totalidade a este vosso postal de Natal, de Carnaval neste caso, que os senhores querem mandar.

Deputado Berto Messias (PS): Não é os senhores! É o Parlamento!

Deputado Rogério Veiros (PS): É o Parlamento! Ou a Casa da Autonomia já não vale nada?

O Orador: E o Sr. Deputado que se refugia sempre nas tábuas, devia ter vindo à frente dar a cara como praiense, defender, recorrendo ao seu nobre desporto, atividade, passatempo de forçado, de forçado, portanto eu só me refiro com elegância ao seu passatempo, ao *hobbie*, ao seu desporto de forçado. Por isso uso o termo tábuas, que não é apreciado aí no seu grupo.

Mas era só nesse sentido.

Deputado Francisco César (PS): É carnaval!

O Orador: Agora vir com isto, isto é fazer pouco desta Assembleia. Consensos! Sim senhor, estávamos disponíveis, antes.

Agora, o Sr. Presidente do Governo, pega e vai para Lisboa e entrega o PREIT ao Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente da Câmara da Praia, pega e vai para Lisboa e entrega o PREIT aos Grupos Parlamentares.

E agora o senhores vão mandar ...

Deputado Berto Messias (PS): Não é os senhores! É o Parlamento!

O Orador: Por que é que não mandam um exemplar ao Sr. Presidente do Governo?

Os senhores mandem um exemplar ao Sr. Presidente do Governo, que ele coitado não conhece!

Será que o Sr. Presidente do Governo conhece o PREIT?

Os senhores mandem um exemplar também ao Sr. Presidente do Governo que ele não deve ter!

Portanto, se isto não é brincar com coisas sérias, anda lá muito perto.

Deputado Berto Messias (PSD): Não é os senhores! É o Parlamento!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se o Governo nada tivesse feito, estariam aqui a acusar o Governo de inércia. Como o Governo decidiu agir falam mal porque o Governo decidiu agir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o Governo não fez nada!

A Oradora: O Governo procedeu à elaboração deste Plano no exercício do dever que lhe cabe ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é os senhores! É o Parlamento!

Estamos a acusar o governo de inércia não é desde agora! São 20 anos de inércia!

A Oradora: ... de procurar solução para os problemas que nos surgem e agiu no uso legítimo dos seus poderes executivos e agiu, é verdade, de forma imediata atenta a urgência que a situação recomendava.

Aliás, tanto assim foi que já no passado dia 2 de fevereiro se realizou um Conselho do Governo, onde foi aprovado um conjunto de medidas, contidas neste Plano, para que aquelas que podem ter execução imediata, assim o tenham.

Não se trata, Sra. Deputada Judite Parreira de querer fazer coisas com o dinheiro dos outros. Eu acho que a senhora não percebeu muito bem o que está aqui em causa ou optou por não perceber.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Percebeu! Percebemos todos, Sra. Secretária!

A Oradora: Este Plano além de identificar aquelas ações que dependem do Governo Regional, identifica um conjunto de ações que devem ser levadas a cabo pelo Governo da República e pelo Governo dos Estados Unidos e trata-se aqui de chamar a assunção das responsabilidades que lhes cabem, de quem usou o território dos Açores durante décadas. É tão somente disso que se trata.

Portanto, não se trata, Sra. Deputada de querer fazer coisas com o dinheiro dos outros.

Trata-se de que cada um assuma as responsabilidades que lhe cabem e que contribua na justa medida para ultrapassar esta situação.

É a isso que este Plano procede: à identificação daqueles que devem ser os contributos, também do Governo da República e também do Governo norte-americano.

Não percebo por que é que isso a incomoda tanto.

Para o Governo dos Açores e atenta a importância que reveste a imediata operacionalização de todas as vertentes deste Plano, obviamente que o Governo considera importante esta pronúncia da Assembleia e que a Assembleia se junte aos esforços do Governo Regional no sentido de sensibilizar o Governo Português e o Governo norte-americano para a assunção das suas responsabilidades e para colaborarem na implementação deste Plano.

Aquilo que se regista, em particular da parte do PSD, é um incómodo profundo por o Governo dos Açores ter tomado a iniciativa e ter atuado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Presunção sua, Sra. Secretária!

A Oradora: Temos pena, achamos que este deveria ser mais uma dos momentos em que as diversas instituições da autonomia, deveriam estar unidas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São cheques em branco! Até parece que a Sra. não leu o plano e viu como é que ele está feito!

A Oradora: Não, não é demagogia, Sr. Deputado! Não é demagogia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até parece que a senhora não leu o plano, que não sabe como é que está feito!

A Oradora: O momento apela a que continuemos a unir os nossos esforços para que seja possível que todos contribuam para ultrapassar esta situação e que cada um contribua na justa medida daquelas que são as suas responsabilidades. Querer fazer crer, que as responsabilidades cabem todas ao Governo Regional, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quase todas!

A Oradora: ... acho lamentável e julgo que não é disso que os Açores beneficiarão neste momento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São responsabilidades próprias e essas não branqueamos neste momento!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Francisco Coelho, eu, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, tenho sempre imenso prazer em ouvi-lo porque é alguém que eu considero que prestigia esta Assembleia, tem qualidade parlamentar e considero a responsabilidade que é inerente às funções que já exerceu e à história que tem no âmbito da nossa autonomia.

Por isso mesmo é que eu não acredito que seja da sua responsabilidade o momento político em que é apresentado este Projeto de Resolução, porque deixe-me dizer-lhe Sr. Deputado, eu tenho a certeza absoluta que o Sr. Deputado não foi responsável pela calendarização da apresentação deste Projeto de Resolução.

Como bem sabe, como bem compreende, não dignifica este Parlamento e a nossa autonomia, que o Parlamento remeta para entidades do Governo Central, da República, que remeta para essas entidades um documento que já lhes foi entregue por representantes do Governo Regional.

Portanto o que é que podem esperar os representantes do Governo da República ou os Grupos Parlamentares que já receberam e já têm cópia deste documento?

Bom, o que podem esperar é que o Parlamento é uma caixa de ressonância do Governo Regional. Não soma! É uma caixa de ressonância!

Portanto, qual é o benefício político de uma iniciativa tomada neste momento?

É que em política não existem segundas oportunidades. Há um momento e há um momento certo.

O senhor, como ex-Presidente desta Casa, sabe bem que existia a possibilidade estatutária e regimental de termos reunido com urgência.

Este Parlamento não ficaria submetido a segunda e terceiras vias e portanto teria decidido no momento que dignificasse o conjunto do Parlamento e que fundamentalmente somasse às posições do Governo. Somasse às posições do Governo os diversos setores políticos que são pluralistas nos Açores.

Eu considero que este pecado original é insanável. Este pecado original é insanável!

A segunda questão, também tem a ver com a metodologia como está a ser este Parlamento confrontado com a apresentação deste documento.

Por exemplo, eu tenho a certeza e tive oportunidade ao longo da Legislatura anterior de observar a capacidade que o Sr. Deputado Francisco Coelho tem de

gerar consensos. Tem essa capacidade! E tem a capacidade, no âmbito do diálogo, conseguir gerar esses consensos.

Mas veja bem, este documento é apresentado sem nenhum esforço nesse sentido. É apresentado sem nenhum esforço prévio nesse sentido.

Nenhum dos outros grupos foi apresentado, não foi tentada uma apresentação conjunta, não foi tentada uma conjugação em relação ao documento.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS apresenta este documento pura e simplesmente sem qualquer tipo de diálogo e sem nenhum esforço de concertação política.

É outra coisa absolutamente inimaginável! Inimaginável se tivesse sido o Sr. Deputado a tomar essa decisão. mas eu tenho que lhe dizer o seguinte: eu tenho a certeza que não tomou essa decisão, pura e simplesmente está a tomar aquela que é uma posição maioritária, com certeza, do seu Grupo Parlamentar.

Mas o que eu lhe devo dizer é que estes dois factos, o primeiro que lhe enumerei e o segundo, tornam absolutamente inviável que se aprove este documento, dignificando este Parlamento e não cedendo a uma espécie de ultimato que o Grupo Parlamentar do PS faz a todos os outros partidos, sem lhes dar o espaço político necessário para que o documento tivesse outra abrangência porque eu percebo uma decisão do Parlamento dos Açores onde estão representados seis partidos políticos tem outra projeção lá fora, junto dos norte-americanos e junto do Governo da República.

Mas as condições políticas com que somos confrontados, coloca-nos numa situação insuperável.

Por isso da parte do PPM eu não vou votar contra, mas também não posso de forma nenhuma avalizar a forma como isto foi feito.

Depois, tem outras questões de pormenor que tem a ver com o próprio conteúdo do Plano, que abordarei numa segunda intervenção, mas para já esta é a questão

política fundamental que coloco, em relação à forma, ao momento e também ao processo político que levou à apresentação deste documento por parte do Grupo Parlamentar Socialista nesta conjuntura específica que acabei de descrever.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sra. Deputada Zuraida Soares, eu entendo o seu raciocínio e compreendo quando diz que não pode votar contra, tem que votar a favor porque é bom para os terceirenses.

Mas, oh Sra. Deputada, por essa ordem de ideias então teríamos que votar favoravelmente tudo o que é apresentado aqui nesta Casa ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não é!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É, é!

A Oradora: ... tendo em conta que cada proponente faz proposta, passe o pleonasma, para bem dos açorianos, portanto teríamos que assumir isso e votar favoravelmente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

A Oradora: Sr. Deputado Francisco Coelho, eu só posso é estar preocupada pelo facto do senhor estar zozzo, mas não posso fazer nada porque não sou médica, o senhor vai ter que consultar um médico.

Talvez seja pelo facto de estar zozzo que o senhor tentou confundir-nos aqui e veio falar outra vez da República, o que já é recorrente porque todas as vossas intervenções, se não começam, acabam falando da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Oh Sr. Deputado, o que me parece que era importante talvez era o PS falar a uma só voz, coisa que não acontece porque em 29 de novembro de 2013, depois de uma reunião com Rui Machete, o Sr. Presidente da Câmara da Praia da Vitória, disse que o esforço da República era superior ao esperado.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, parece-me que há aqui uma desarticulação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Dezembro de 2013!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que é que disse o Presidente do Governo ontem?

A Oradora: Sr. Deputado Francisco Coelho, deixe-me perguntar-lhe uma coisa: quem é que governa nos Açores há 18 anos? O PS, não é?

Então, com certeza que a culpa da situação da Terceira neste momento, antes da saída dos americanos, a culpa da situação de cada ilha dos Açores, neste momento é do Governo Regional, não é do Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Isto acontece porque o Governo Regional não tem um plano para os Açores e fez atabalhoadamente um plano para a Ilha Terceira. Atabalhoadamente, sabendo de antemão que isto iria acontecer, porque não é novidade para ninguém que os americanos pensam deixar a Base das Lajes ou pelo menos reduzi-la de há muito tempo a esta parte.

Portanto, podia e devia ter feito mais e melhor.

Quanto à retirada do ponto 1 do inequivocamente, também não foi surpresa. Já sabíamos que esta palavra estava aqui precisamente para poder ser retirada.

Quanto a nós, o nosso problema não está no inequivocamente, está no apoia, portanto continuamos na mesma.

Deputado Francisco Coelho (PS): Essa não tiramos!

A Oradora: Sra. Secretária Regional, também andou a tentar confundir-nos com o “não, mas sim; não, não estamos dependentes de verbas de terceiros,

nem da República, nem dos Estados Unidos, mas sim vamos exigir aquilo que nos é devido por parte da República e por parte dos Estados Unidos”.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Oh, senhora, não foi isso que eu disse! Realmente a senhora ficou confusa com aquilo que eu disse!

A Oradora: Portanto, assim também não nos entendemos.

Agora, não me incomoda isso, mas preocupa-me, preocupa a todos os açorianos, preocupa esta câmara, devia preocupar a todos.

O Governo Regional governa há 18 anos, sabe desta situação há muito tempo, não fez nada. Agora apresenta um plano sem consultar ninguém e quer o apoio de todos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que lhe diga em primeiro lugar, sinto-me absolutamente à vontade e confortável fazendo o papel que estou fazendo aqui hoje, neste momento a respeito deste documento.

Mais, tenho consciência, acho que tenho absoluta consciência da importância que a nossa pronúncia aqui, e neste momento, tem a respeito desta questão.

Tenho essa consciência de forma muito aguda.

Sra. Deputada Judite Parreira, eu não sei se lhe devo pedir desculpa, eu sei que realmente a respeito de um acordo internacional e da alteração unilateral e substancial desse acordo internacional, eu vir falar do Governo da República, é absolutamente despropositado.

Portanto, eu não sei se lhe devo pedir desculpa. Mas quer que eu fale de quem, Sra. Deputada?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu vou dizer-lhe do que é que fala daqui a bocadinho relativamente à SATA!

O Orador: Quer que eu fale de quem a respeito da alteração unilateral de um acordo internacional?

Eu sei que lhe dá jeito dizer que a culpa é do Governo Regional, mas por mais esforço que faça, eu acho que neste caso vai ser um bocadinho difícil.

Depois, também queria dizer-lhe isto com sinceridade: eu sei que estamos praticamente no Carnaval, mas também quero dizer uma coisa, eu não sei se todos estão com muita vontade de festejar o Carnaval. Queria dizer ainda outra coisa: este documento, este plano que o Governo apresenta não é com certeza um texto sagrado, não será um texto perfeito mas está longe, muito longe de ser aquilo que alguns quiseram fazer dele.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A sua terra não vale nada, nem nós valemos nada!

O Orador: Resta-nos apenas a esperança, esses que o querem apoucar, com certeza vão dar, eles, os seus partidos e os seus Governos, um poderoso contributo para a resolução deste problema. É pena que tarde tanto, mas nós ficamos à espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma rima de carnaval!

O Orador: Depois há aqui, naturalmente, umas contradições.

Este plano não vale absolutamente nada, mas há um conjunto de atores sociais, que também são atores partidários, que nós conhecemos, que pelos vistos estão preocupadíssimos com este Plano. Acham que este plano é uma coisa terrível para a unidade açoriana.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: Portanto há aqui se calhar efetivamente algumas coisas que temos que afinar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa parte tinha-me esquecido!

O Orador: É certo, Sra. Deputada Zuraida Soares, que é fundamental pôr e envolver este Parlamento nesta questão e é certo e desejável que isso seja feito o mais cedo possível.

Eu creio que, quer o Grupo Parlamentar da maioria, quer o Governo, quer nós todos que também temos um papel ativo, também podemos provocar e dar um contributo para isso, faremos com certeza deste caso, atenta a sua importância para que essa comunicação flua melhor e seja mais estreita essa colaboração e essa articulação entre os dois órgãos de governo próprio.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

São para a Sra. Secretária Regional as minhas primeiras palavras.

Sra. Secretária, o problema não é o Governo ter agido. Aliás, é isso que todos esperamos do Governo, é ação!

O problema Sra. Secretária foi a forma como o Governo o fez mesmo considerando a urgência da ação. É isso que está em causa, Sra. Secretária. Não é o Governo ter agido. É a forma como o fez, como agiu, mesmo tendo em consideração a urgência da ação.

Relativamente ao desafio que o Sr. Deputado Francisco Coelho nos fez, e julgo que merece de facto uma resposta (pelo menos a Representação do Parlamentar do PCP assim o considera), dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado:

A Representação Parlamentar do PCP até está disponível, mas não basta o inequivocamente. E porquê? Porque para a Representação Parlamentar do PCP uma coisa que é inequívoca é a necessidade de haver um conjunto de medidas especiais...

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e a Deputada Catarina Moniz Furtado)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh Catarina, cancelaram o voo. Não está cheio!

O Orador: Eu posso continuar, Sra. Presidente. Eu posso continuar porque eu sobreponho a minha voz aos apertes.

Presidente: Eu sei que consegue, mas não é justo de qualquer forma, Sr. Deputado. Penso que agora estão reunidas as condições. Pode continuar.

O Orador: Sr. Deputado Francisco Coelho, tal como eu estava a dizer, não é suficiente a questão do apoio inequívoco. Retirar o inequivocamente.

A Representação Parlamentar do PCP considera absolutamente necessário que se defina um conjunto de medidas especiais para a situação que já há alguns anos se começou a viver e a verificar na Ilha Terceira. É fundamental essa intervenção, um conjunto de medidas.

Podem ser as que estão contempladas neste plano, mas podem ser mais do que essas.

Mais. A Representação Parlamentar do PCP considera que é absolutamente necessário que esta Assembleia, que a Região exija ao Estado Português (sobretudo ao Estado Português!), junto do seu parceiro, os Estados Unidos, enquanto parceiros do Acordo Bilateral de Cooperação e Defesa, aquilo que deve exigir e que a Região seja compensada, não pela saída do inquilino, porque o inquilino vai continuar, mas pelo uso que foi fazendo do imóvel e pelo qual não pagou e pelo qual vai deixar um enorme passivo ambiental, mas também todos estes impactos sociais e económicos que são conhecidos, que já têm uma dimensão trágica e que no fim deste ano certamente essa tragédia terá ainda uma dimensão maior.

Portanto, Sr. Deputado, a Representação Parlamentar do PCP está disponível para esses consensos...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Terminei já, Sra. Presidente.

... mas não pode ser só a questão do *inequivocamente*.

Portanto, o Sr. Deputado (e o Grupo Parlamentar a que V. Exa. pertence) fará o que muito bem entender.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ia fazer uma intervenção mas há coisas que realmente nos desconcentram e nós ficamos absolutamente desconcentrados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu não tenho culpa nenhuma!

O Orador: Eu não sei se o senhor tem culpa, mas eu é que não tenho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu só vou amanhã!

O Orador: Acabo de ser informado (por isso é que talvez a SATA é uma empresa lucrativa, que deu muito lucro – é só um aparte, Sra. Presidente) que afinal de contas a SATA vai fazer um voo direto da Horta para Ponta Delgada às 19H30. Isto é de sair do chão.

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: Esta é uma nota de rodapé, à parte. Mas é direto, não pode parar em mais ilha nenhuma.

Inventa-se mau tempo numa ilha para justificar uma outra coisa.

Sra. Secretária Regional, eu disse-lhe há bocado e não me vou deter em grandes medidas exaustivas, porque todos nós sabemos por que é que o Governo não fez na Terceira. A senhora sabe tão bem como eu o que é que o Governo não fez na Terceira.

Uma das maiores desculpas que eu já vi foi a do Cais de Cruzeiros, a do Cais de Cruzeiros de Angra. Ele era contra que se fizesse em Angra e o CDS também era contra que se fizesse em Angra.

Neste sentido, estávamos ao lado... Ou melhor, o Presidente da Câmara da Praia, o *major* da Câmara da Praia, como eu gosto de lhe chamar carinhosamente, defendíamos que se fizesse na Praia da Vitória um Cais de Cruzeiros.

O Governo iludiu os terceirenses e não fez o Cais de Cruzeiros na Ilha Terceira. Isto sim, tinha criado riqueza, tinha criado postos de trabalho, em vez de se andar a fazer anúncios de fazer uma festa para empregar 400 REATIVAR. Isso é que é lamentável.

Mas o que eu não posso aceitar desse Governo, Sra. Secretária, é a mentira. A mentira é que eu não aceito!

Quando se podia ter feito na Ilha Terceira... Se o Governo tivesse decidido à partida, em 2005, fazer o Centro de Radioterapia dos Açores em Ponta Delgada estávamos conversados e acabou a conversa.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Ah! Era aí que o senhor queria chegar!

O Orador: Já lá vou, Sra. Secretária.

A mentira, a hedionda mentira do seu Governo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isso tem alguma coisa a ver com o diploma?

O Orador: Vai concordar comigo. Desta vez vai concordar comigo.

Andou-se a brincar com o Centro de Radioterapia, com as Parcerias Público-Privadas.

Depois, iludiu-se os terceirenses em 2008, para ganhar eleições outra vez (mais uma maioria absoluta dada pelos terceirenses), prometendo um Centro de Radioterapia e gastando milhões de euros num *bunker* no hospital de Angra, quando se sabia desde o início que não se ia lá fazer a radioterapia.

Depois, o inacreditável disto tudo, é que o Governo decide, como já tinha decidido, favorecer um privado e pôr a radioterapia em São Miguel (não estamos conversados) e vem o Secretário da Saúde, com uma hedionda mentira, dizer que vai fazer um polo de braquiterapia na Ilha Terceira.

Se alguém me conseguir explicar o que é um polo de braquiterapia eu agradeço, porque já consultei vários especialistas e nenhum me consegue explicar o que é.

Um polo de braquiterapia!

É uma mentira hedionda para enganar os terceirenses.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Não posso aceitar isso e o que eu lhe disse que ia dizer, é que a mentira é essa, porque não existe cientificamente...

Presidente: Sr. Deputado, vamo-nos centrar em concreto na questão da resolução.

O Orador: Sra. Presidente, isto tem a ver com as obras que o Governo não fez do Plano de Revitalização da Ilha Terceira.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Ah tem, tem!

O Orador: Tem tudo a ver com este PREIT que aqui está. Tudo a ver com aquilo que o Governo não fez e por isso está neste sentido.

Portanto, eu não me estou a desviar do assunto.

Se efetivamente se queria criar emprego qualificado na Ilha Terceira esta teria sido mais uma oportunidade. Mas não! Além da mentira andam a brincar com os terceirenses.

O Sr. Secretário da Saúde vir anunciar... Eu provo! Isto é a prova provada.

Ninguém consegue, clínica e cientificamente, dizer o que é um polo de braquiterapia.

A braquiterapia é uma especialidade da radioterapia.

Presidente: Sr. Deputado, está bem, mas não precisamos de entrar neste tipo de pormenor científico sobre esta matéria.

O Orador: Ninguém consegue explicar.

Portanto, é lamentável que não se tenha investido e criado emprego qualificado na Ilha Terceira e se venha iludir os terceirenses com números que infelizmente são lamentáveis e reprováveis.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM, depois da intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho, eu quero que fique registado o seguinte:

Eu não disse que o Sr. Deputado se sentia mal. O que eu disse foi que a decisão não tinha sido sua, tenho a certeza absoluta, tenho essa convicção. Foi uma decisão com certeza do Grupo Parlamentar. Evidentemente as coisas funcionam com democracia nos grupos parlamentares. Quem decide é a maioria.

Agora, o conhecimento que eu tenho da forma como se fazem as coisas e que eu sei que o Sr. Deputado tem, leva-me a concluir isto. É a minha análise.

Agora, as questões mantêm-se. Todas estas questões mantêm-se.

Este não é o momento. Aprovar nestas condições é desqualificar, é tornar o Parlamento numa caixa de ressonância, de uma posição partidária tomada por um partido que aqui apresenta, toma a iniciativa e não faz nenhum esforço de

consensualização em relação a este Projeto de Resolução, e também da parte do Governo, que já apresentou na Assembleia da República, ao Governo e ao Primeiro-Ministro todas estas posições.

Eu acho que a Autonomia fica muito mal nesta fotografia a partir do momento em que se obriga este Parlamento a enviar um documento requeitado que já toda a gente conhece.

Eu considero que, como políticos experientes, no âmbito do Governo e do Parlamento, vão achar que nós, Parlamento dos Açores, o conjunto dos partidos que integram o Parlamento dos Açores, não fomos respeitados e não tivemos uma posição digna no âmbito deste processo institucional.

Esta é a minha posição de princípio e é isso que fundamentalmente me leva a não poder apoiar esta iniciativa.

Devo dizer, para terminar, que considero que não tendo recolhido a unanimidade do Parlamento, esta tomada de posição que aqui vai ser deliberada por maioria (não por unanimidade, por maioria!) enfraquece este processo político.

Acho que é um erro político da parte do Partido Socialista e é um erro que terá consequências nefastas para a nossa Região, na medida em que neste momento se vai tornar claro que o Parlamento chumba o documento (todos nós temos os nossos motivos e vamos torná-los claros), não aprova por unanimidade. Há aqui uma aprovação por maioria que na minha perspetiva enfraquece a posição dos Açores junto dos norte-americanos e da República Portuguesa. Esta é a questão fundamental.

É evidente que os senhores... Bom, mas se é assim votem a favor!

Não! Porque para nós o que está em causa é a dignificação deste Parlamento e da Autonomia.

Os princípios da Autonomia levam-nos a decidir o que é que está em primeiro lugar.

O que está em primeiro lugar é que um processo desta natureza, com a capacidade estatutária e regimental de ter sido aprovado no momento certo, devia ter sido remetido, em primeiro lugar, a partir dos órgãos da Autonomia para os outros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Primeiro-Ministro nunca poderia saber deste documento. Nunca poderia ter recebido!

Os grupos parlamentares na Assembleia da República nunca poderiam ter recebido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... este documento sem que ele tivesse sido debatido e aprovado neste Parlamento antes.

Há aqui um princípio fundamental: é o princípio da Autonomia e da dignificação dos órgãos autonómicos.

Este tem que estar acima de tudo para proteger o conjunto dos interesses dos Açores em todas as crises conjunturais que vamos ter.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Temos esta, mas vamos ter outras no futuro.

É preciso preservar sempre, sempre, a dignidade do Parlamento e a dignidade da nossa Autonomia.

Por isso, esta posição é uma posição de princípio.

Eu considero que nestas condições o que o Partido Socialista faria melhor era retirar o documento.

Enfraquece a nossa posição, não traz nada de novo.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente, fazendo uma referência.

Uma última referência:

Em relação aos esforços no âmbito da política internacional que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores desenvolveu, o Sr. Presidente, informando permanentemente todos os grupos parlamentares, conseguiu que existisse uma unanimidade e um apoio inequívoco da parte do Parlamento e de todas as forças parlamentares.

Isso foi muito importante. Foram conseguidos alguns resultados muito positivos.

Agora, o que verificamos é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deixou cair essa estratégia de esforço, consertado entre todos nós, para impor uma situação unilateral.

A primeira funcionou!

Esta de impor uma visão unilateral não funciona, nunca funcionou e afeta a credibilidade da nossa Autonomia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Penso que nos vamos aproximando do fim do debate sobre esta questão e gostaria de insistir em duas coisas que disse na minha primeira intervenção, não isentando de forma nenhuma a crítica que fiz da negligência e, digamos, da fuga a este Parlamento por parte do Governo Regional e no privilégio que foi dado tanto ao Sr. Primeiro-Ministro quanto aos outros grupos parlamentares de conhecerem e debaterem um documento que não tinha passado pelo crivo desta Casa. Fomos os primeiros a fazer essa crítica aqui hoje e subscrevemos todas as que foram feitas nesse sentido.

Houve um desrespeito do Parlamento? Houve! Não só nesse caso como na não notícia ou na não informação a esta Casa de como decorreu a reunião da Comissão Bilateral e quais as conclusões que tiveram.

Apesar de tudo isso ser verdade e o Bloco de Esquerda subscrever e tê-lo dito, eu volto a repetir:

Os terceirenses não têm culpa nenhuma dessa circunstância!

Aquilo que está em causa neste momento para o Bloco de Esquerda, mais do que este Parlamento, são as pessoas. São as pessoas da Ilha Terceira, são as pessoas desta Região!

Portanto, não branqueando, até porque fomos, repito, os primeiros a dizê-lo aqui neste plenário e nesta parte do debate, uma atitude da parte do Governo Regional que não prestigia a Autonomia e não prestigia este Parlamento, não podemos fazer, ou pelo menos o Bloco de Esquerda recusa-se a fazer dos terceirenses o “bode expiatório” desse tipo de atitude.

Por isso reiteramos o voto favorável, apesar de compreendermos as críticas que foram aqui tecidas e que nós inaugurámos na nossa intervenção.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado com 22 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do BE, 12 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Vamos avançar nos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 23: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Alteração**

ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA)”.
Este pedido de urgência é subscrito pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Pergunto quem é que vai fazer a justificação da urgência.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Pareceria bizarro, se não fosse trágico, a justificação da urgência desta iniciativa legislativa quando todos (e temos olhos) lemos as notícias, ouvimos as populações, e as comunidades piscatórias e sabemos a situação de imensas dificuldades que, por razões diversas alheias à vontade dos profissionais da pesca, centenas e centenas de famílias passam neste momento.

O Bloco de Esquerda tem trazido a esta Casa reiteradamente iniciativas no sentido de adequar a lei à vida, enquanto que o Partido Socialista e o Governo Regional têm feito questão de adequar a vida à lei, o que é manifestamente impossível.

Não há muito tempo, aliás no dia 12 de fevereiro, o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia disse publicamente que este fundo, o FUNDOPESCA, tem que ser usado com critérios que estão definidos na lei e que é ativado quando se verificam oito dias consecutivos de mau tempo ou quinze dias interpolados que evitem descargas em lota num período de 30 dias. É o que está na lei.

Mas o que é curioso é que na mesma entrevista, nas mesmas declarações, o Sr. Secretário Regional reconhece que há imensas dificuldades no setor da pesca, que há pobreza, que este foi um ano particularmente mau e que as comunidades piscatórias passam dificuldades que têm vindo, ano a ano, a aumentar sem parar.

Portanto, mais uma vez, porque consideramos uma bizzarria justificar a urgência de dar pão a quem não o tem, o Bloco de Esquerda volta novamente a insistir no sentido de adequar a lei à vida e pede ao Partido Socialista para não continuar a insistir a fazer exatamente o contrário, porque ano após ano têm provado que neste caso concreto, como noutros, quem está enganado é o Partido Socialista e o Governo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

No tratamento de assuntos ligados à pesca existem posições que já nem aos pescadores agradam.

Tratar os profissionais da pesca como uns coitadinhos acho que é prestar um mau serviço a esta classe.

É verdade, e eu reconheço, que existem problemas neste setor, tal como existem noutros, nem mais, nem menos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, isto é a urgência!

O Orador: Eu vou chegar à urgência, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É bom que chegue!

O Orador: Há bem pouco tempo houve uma associação que até se demarcou desta postura miserabilista que tenta desvalorizar toda uma classe que nos últimos anos investiu na renovação da sua frota e também assistiu à construção de infraestruturas importantes...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não ouviu o Presidente da Federação das Pescas, pois não!

O Orador: ... para a valorização da sua produção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto não é urgência!

O Orador: Em setembro de 2013 foi aprovado o novo regime do FUNDOPESCA por uma larga maioria nesta Casa, PS, PSD e PPM...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, isto não é urgência!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado José Ávila...

O Orador: ... e as abstenções do CDS-PP, do Bloco de Esquerda e também do PCP.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isto não é urgência, eu volto a inscrever-me para explicar o diploma todo! Isto não é a urgência.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A Sra. Deputada também caracterizou o momento da pesca atual.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isto não é urgência. Eu vou voltar a inscrever-me!

O Orador: Sra. Deputada, não vai querer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isto não é o debate do diploma!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, eu quero participar de novo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tenham calma. Não há necessidade de nos enervarmos por causa disso.

Sr. Deputado José Ávila, naturalmente como sabe nesta fase do debate estamos apenas a justificar a urgência e o vosso sentido de voto sobre ela. Portanto, agradeço que não saia muito do âmbito desta discussão.

O Orador: Sra. Presidente, eu peço desculpa, mas eu estou a fazer o enquadramento da nossa justificação, porque não vou chegar aqui “vamos votar a favor ou contra” e ficar calado.

Acho que preciso justificar.

Presidente: Naturalmente e por isso é que a Mesa...

O Orador: Aliás, vejo isso acontecer com outras bancadas e não vem mal ao mundo por causa disso.

Presidente: Naturalmente que sim. Isso é normal.

O Orador: Obrigado Sra. Presidente pela sua compreensão.

Presidente: Naturalmente que terá em atenção as minhas palavras também, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado pela sua compreensão.

Eu queria dizer que no anterior regime foi amplamente aprovado aqui por uma grande maioria nesta Casa e também teve a aceitação dos parceiros sociais.

O Partido Socialista perante este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, que é feito agora pelo Bloco de Esquerda, entende que as alterações propostas são de facto cirúrgicas, mas deverão merecer uma análise dos parceiros sociais novamente para posterior emissão de pareceres e também ouvir a tutela deste setor.

Assim sendo, o Partido Socialista não viabiliza este pedido do Bloco de Esquerda dando a oportunidade de se fazer uma análise mais fundamentada no âmbito da Comissão de Economia, mas também damos a conhecer aqui ao Bloco de Esquerda e aos outros proponentes que tudo faremos para que este processo se desenrole de uma maneira célere.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PSD também subscreve este pedido de urgência e recorda que esta proposta que aqui apresentamos o PSD já a apresentou em abril do ano passado.

Portanto, se na altura nós achávamos que era urgente esta proposta, agora achamos que efetivamente é urgentíssimo.

Por que é que é urgentíssimo? Por duas ordens de razões:

Em primeiro lugar, devido à situação bem descrita pela Sra. Deputada Zuraida Soares à situação de verdadeira emergência social que se vive neste setor. Portanto, todos os contributos que possamos dar para acudir a essa situação de emergência social devem ser dados com a maior urgência.

Em segundo lugar, entendemos que essa urgência devia ser aprovada porque é sempre urgente corrigir injustiças. E esta proposta vem efetivamente corrigir uma injustiça, uma injustiça para com os nossos pescadores, os profissionais da pesca, em relação aos seus colegas do continente.

O setor já evoluiu nessa posição. O Partido Socialista parece que não.

Para nós essa discussão estava feita e esta proposta devia, para bem do setor, ser aprovada com urgência.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Não colocando em causa todas as outras urgências, esta questão que aqui está a ser colocada é efetivamente urgente, porque trata-se de dar resposta... Não é ir dar nenhuma esmola! Mas é pão que é necessário para matar a fome aos pescadores e às suas famílias.

Não se trata de nenhuma esmola! Trata-se de um direito dos pescadores; trata-se de utilização do dinheiro que os pescadores descontam para este fundo.

O Governo Regional, e o Partido Socialista neste caso aqui,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não quer dar resposta!

O Orador: ... tratando-se de uma verdadeira situação de emergência social como já aqui foi referido, não quer dar a resposta urgente e necessária a este problema.

Só podemos lamentar esta atitude, enfim, de insensibilidade do Partido Socialista...

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: ... perante uma situação de grande gravidade que está afetar centenas e centenas de pessoas. Isto é lamentável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estou particularmente à vontade nesta matéria na medida em que foi apresentado na última sessão um voto de protesto contra a atribuição dos apoios que estavam a ser concedidos de acordo com a legislação em vigor.

Eu votei contra. Não apoiei esse voto.

Eu não apoiei esse voto porque tem que se cumprir os critérios da legislação.

Eu compreendo perfeitamente que o Governo Regional, ao abrigo dos critérios que são definidos na legislação, o que tem que fazer é cumprir a lei.

Ora, eu considero é que se verificou, pela aplicação da lei, que ela neste momento não está a dar uma resposta efetiva às necessidades das pessoas.

Nós sabemos que são situações terríveis, nós sabemos que não queremos aqui tratar como coitadinhos ninguém, mas temos que responder às necessidades

sociais e aos apelos por parte das pessoas em relação a uma situação que é terrível e é uma situação que não dignifica nada a vida das pessoas.

O Parlamento dos Açores tem que tentar agir e agir de forma urgente para repor os mecanismos legais que permitam ir em seu auxílio, em auxílio dos pescadores e em auxílio das famílias que estão em grandes dificuldades. É por isso que é urgente.

Nós consideramos que o quadro legal que está em vigor tem que ser cumprido, mas se esse não mostra, não tem capacidade de resposta efetiva para os problemas que as pessoas estão a sofrer e com que estão confrontadas, nós devemos agir de forma urgente para auxiliar as pessoas.

Lamento que o Partido Socialista esteja a inviabilizar esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

O dinheiro é dos pescadores que estão a passar necessidades, por isso mesmo deve-se acudir com a máxima urgência a quem está a passar necessidades.

Aliás, o Sr. Deputado José Ávila acaba por ficar um bocadinho incomodado e reconhecer o seguinte:

Não é urgente, mas o Governo ou o Partido Socialista compromete-se a tratar o assunto com celeridade.

Sr. Deputado, então reconhece que algo está mal.

Deputado Luís Garcia (PSD): Exatamente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Reconhece a urgência!

O Orador: Reconhece que é preciso tratar depressa o assunto.

Então, vamos aprovar a urgência, vamos rapidamente disponibilizar esse FUNDOPESCA que sempre foi uma pecha no Governo. É uma coisa impressionante!

Nunca se percebeu a dificuldade que o Governo tem em atribuir esse FUNDOPESCA.

Deputada Zuraída Soares (BE): Percebe-se! Percebe-se!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Percebe-se! Está governamentalizado!

O Orador: É urgente! As pessoas estão a passar necessidades.

Temos que acudir rapidamente às pessoas.

Portanto, uma semana, quinze dias, um mês, pode ser muito nefasto para quem está a passar necessidades.

Eu não percebo realmente esta atitude do Partido Socialista em querer atrasar mais e ir ouvir associações. Ouvir sobre o quê? Sobre o FUNDOPESCA outra vez? Sobre a substância?

Não faz nenhum sentido.

As pessoas estão a passar ou não necessidades?

Estão ou não estão identificadas?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estão!

O Orador: É ou não é necessário acudir com urgência?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É!

O Orador: É só isso que temos que fazer. Por isso mesmo votaremos favoravelmente esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 22 votos contra do Partido Socialista, 12 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A prova de que o Partido Socialista tem, na realidade, vezes de mais dois pesos e duas medidas.

Reparem no seguinte:

O PREIT, que nós acabámos de aprovar, que nós acabámos de debater e ao qual nós tecemos críticas, uma delas porque não passou por esta Casa, a argumentação do Partido Socialista foi: era tão urgente, tão urgente, tão urgente que não teve tempo de passar por esta Casa. Foi diretamente para o Primeiro-Ministro e para os Grupos Parlamentares da República, porque era urgente. Desculpem lá, Sras. e Srs. Deputados, mas aguentem-se porque isto era muito urgente.

E era!

Mas agora, o FUNDOPESCA, que não há ninguém nesta sala com o mínimo de bom senso e de honestidade intelectual que possa negar que é urgentíssimo... Ah, não! Esse desce à Comissão e vamos lá agora ouvir toda a gente que temos para ouvir.

Acabámos de ouvir há pouco tempo. Toda a gente diz a mesma coisa!

Mas não! Agora aí não há urgência!

Dois pesos, duas medidas!

Já agora acrescentar o seguinte:

Digamos, o desagrado, enfim, o mal-estar com o termo miserabilismo... Os pescadores são tratados de uma forma miserabilista!...

Pois são, Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sabem por quem?

Pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que põe os pescadores a pedir para depois lhes dar.

O quê?! Uma côdea, e como diria a nossa Secretária da Defesa, com muito pouquinho!

É mesmo muito pouquinho e a prova de que é mesmo muito pouquinho é a situação que é vivida neste momento nesta Região, sobretudo na sua maior ilha, em São Miguel, e nas suas maiores comunidades piscatórias.

Disse o Sr. Secretário Regional da tutela também, que os pescadores descontam para o FUNDOPESCA, mas é tão pouco, é uma miséria o que eles descontam, porque o resto vem do Governo Regional.

Sras. e Srs. Deputados, a miséria que os pescadores descontam para o FUNDOPESCA é aquilo que já não têm nos bolsos. E mesmo assim, têm que descontar!

A obrigação do Governo Regional é responder com urgência a esta urgência tão urgente quanto aquela que se vive na Ilha Terceira.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Ávila, para a uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A Sra. Deputada Zuraida Soares reagiu com tamanha violência como se nós tivéssemos de facto chumbado a sua proposta e não apenas a urgência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Chumbaram a possibilidade de se dar um auxílio aos pescadores a partir de agora!

O Orador: De qualquer dos modos eu queria dizer que este voto contra este pedido de urgência e dispensa de exame não significa mais do que um compromisso do Partido Socialista em ouvir novamente todas as partes

interessadas nesta questão, aliás como foram ouvidas no passado, e que deram todas o seu aval a esta proposta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já não dão!

O Orador: A proposta anterior mereceu a aprovação de toda esta Casa, com algumas abstenções, é certo, mas foi também aprovada pelas partes interessadas, nomeadamente do setor da pesca.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já não é!

O Orador: Quando se fala neste setor, Sra. Deputada, eu acho que é um setor que vale 20% das nossas exportações.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: É preciso também ter algum cuidado.

Acho que é uma responsabilidade nossa ter algum discernimento para também falar toda a verdade neste setor, porque nós sabemos que hoje, aliás como sempre, este setor atravessou fases boas e fases menos boas.

É verdade também que se fizermos uma análise ao setor percebemos claramente que durante todos estes anos, nomeadamente nos últimos anos, houve variações nas capturas e como tal também grandes variações no rendimento dos profissionais da pesca, mas isso são coisas que não podemos controlar como gostaríamos, com certeza.

Sra. Deputada, falando nos ciclos, nos baixos rendimentos do setor da pesca, não é preciso recuar muito atrás. Por exemplo, em 2001 nós tivemos uma grande redução; tivemos outra vez em 2005; tivemos em 2009 e agora tivemos em 2014.

Portanto, estamos a ver aqui que, de facto, ciclicamente acontece este fenómeno e que tem a ver com uma categoria de pescado, tem a ver com os pelágicos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isto é a discussão de um diploma que não se aprovou, Sra. Presidente!

O Orador: Essa redução tem a ver sobretudo com a redução dos rendimentos nas espécies migratórias.

Isso faz com que, de facto, os pescadores sintam isso na pele...

Deputada Judite Parreira (PSD): Isso não é declaração de voto!

O Orador: ... como estão a sentir neste momento.

Também queria dizer à Sra. Deputada, relativamente a este pedido de urgência e à manifestação feita pela Sra. Deputada, que na pesca não existem só coisas más. Também existem coisas boas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Existem felizmente!

O Orador: Mas é verdade também que eu não esperava que a Sra. Deputada viesse falar das coisas boas.

Agora, tenho uma certeza: os pescadores sabem quais são as boas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pois sabem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo e tendo sido chumbada a urgência, encerramos assim os trabalhos.

Vou ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro de 2015.”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Obrigada a todos. Um bom regresso a casa.

Eram 17 horas e 38 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas Belo

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

1 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece as medidas para a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados e de organismos geneticamente modificados, tendo em vista a proteção da saúde humana e do ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2009/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio - MAOTE - (Reg. DL 482/2014.) – n.º 155/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2015 – 02 – 24.

2 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Aprova o Regime Jurídico do serviço Público de Transporte de Passageiros - PCM (ME) - (Reg. PL 48/2015). – n.º 156/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2015 – 02 – 10

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 02 – 20.

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A \(Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA\)](#) – n.º 46/X

Proveniência: PSD, CDS, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

4 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015”](#) – n.º 48/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 10

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

5 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Reduzir os impostos dos açorianos](#) – n.º 111/X

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na qualidade de único acionista, desenvolva as diligências de sua competência no sentido da SATA Internacional/Azores Airlines transferir a sua base operacional para a Ilha Terceira”](#) - n.º 112/X

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira](#) - n.º 113/X

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

6 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Filarmónicas açorianas merecem mais respeito](#)

.Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 308/X;

Assunto: [Relatório resultante do inquérito para apuramento das circunstâncias que motivaram a não transferência de acidentado, em tourada à corda na ilha de São Jorge, para o Hospital de Ponta Delgada](#)

.Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 09

Referência: 54.06.05 – N.º 354/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “ Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/a, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015” – n.º 48/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 02 – 10;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução - Reduzir os impostos dos açorianos – n.º 111/X

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que, na qualidade de único acionista, desenvolva as diligências de sua competência no

sentido da SATA Internacional/Azores Airlines transferir a sua base operacional para a Ilha Terceira” - n.º 112/X

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira - n.º 113/X

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11;

Assunto: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 47/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A (Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca – FUNDOPESCA)

Proveniência: PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11;

Assunto: Cópia da carta do Senhor Adalino Cabral a agradecer e retribuir as Boas Festas

Proveniência: Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

Data de Entrada: 2015 – 02 – 11.

8 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante Período Legislativo de fevereiro de 2015](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 02 – 09;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional](#) – n.º 152/X -OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 02 – 10;

Assunto: [Revoga a mobilidade especial e o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas.](#)- 705/XII - n.º 126/X-AR

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 02 – 09;

Assunto: [Regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública.](#)- n.º 748/XII - n.º 127/X-AR

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2015 – 02 – 09;

Assunto: [Regula a atribuição de um auxílio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta e a Região Autónoma da Madeira, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial](#) - ME - (Reg. DL 47/2015).- n.º 154/X-OGP

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 02 – 09.

9 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 85, 86, 87 e 88.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa Regional n.^{os} 83 e 84.

P¹a Redatora: Noélia Escobar